Em Lisboa:
Na Tipografia do Anuário Comercial.
Ano MCMXVI.

INTEGRALISMO LUSITANO

A Questão Ibérica

O Território e a Raça — *Antonio Sardinha*
A Lingua e a Arte — *Hippólyto Raposo*
Musica e Instrumentos — *Luís de Freitas Branco*
Aspectos Económicos — *José Pequito Rebello*
Colonizações Ibéricas — *Ruy Ennes Ulrich*
Direito e Instituições — *A. Xavier Cordeiro*
Aspectos Politico-Militares — *Vasco de Carvalho*
Lição dos Factos — *Luís de Almeida Braga*

LISBOA
Depositários: ALMEIDA, MIRANDA & SOUSA Ltd.
133, Rua dos Poiais de S. Bento, 135
1916

Os desvarios da República de Portugal alentam de novo a questão ibérica. Ninguem ignora que desde a vinda do humanitarismo revolucionário e romântico, todo o apóstolo da panaceia democrática se julgava com direito de chamar o seu país independente à união ou à federação peninsular.

E com o artifício de alguns vocábulos exdrúxulos, cujo sentido era certo escapar-lhes à percepção, iam atacando pelo descrédito as velhas Instituições Monárquicas que só eram más pela muita impureza republicana que durante quasi um século as vinha corrompendo.

Da federação peninsular, da abolição das convenções aduaneiras, a exemplo dos mentores da soberania do povo, falavam por tabernas e comícios quantos analfabetos eram tomados do delírio democrático, de sorte que a abolição das fronteiras só faltava para que nos braços uma da outra caíssem as duas nações irmãs, até então separadas pela escravidão aos interesses de duas dinastias. Nada mais simples para garantir a paz, gerar a abundância, a virtude, aos corações oferecendo um eldorado de encanto em permanente festim. Só dêste modo se avançaria para a fraternidade universal com a abolição das pátrias que são conceitos retrógados e para a grande Familia-Humanidade que

continúa a sorrir das quimeras políticas de há cem anos, defendendo os seus direitos com honra as raças e as nações.

Mas logo que alguma noção concreta de responsabilidade conteve um pouco a torrente da asneira (única liberdade agora lícita), não mais os democratas prègaram a união ibérica, sem que já pudessem abafar os antigos ecos dos seus imprudentes e perigosos clamores.

Espanha, porêm, entendeu não dever esquece-los e no princípio dêste ano renovou mais claramente do que nunca, as suas aspirações fusionistas.

Seja a federação amigavel nos termos em que a preconiza o político romântico Don Juán del Nido y Segalerva ou a simples anexação *para nos salvar* da ruina, no pensamento cruelmente irónico do professor Vicente Gay, toda a Espanha se deslumbra com a visão do Rei Afonso XIII, erguendo em triunfo a águia bicéfala, cujas asas cubram a velha Ibéria.

Enquanto o problema lá se agitava ha meses, estudando-se os meios de mais seguramente efectivar as aspirações antigas da Política Castelhana, cá dentro, o devorismo democrático não permitia aos que governam levantar os olhos para mais alto.

Os autores dos estudos aqui reunidos não se julgam os

mais competentes para versar os assuntos de que se incumbiram; mas com bom direito se podem considerar os mais prestáveis. Esta confissão que se antecipa em resposta à má-vontade de possiveis censores, bastará para lhes desculpar a insuficiencia de que se acusam.

Deante da campanha iberista, intensa e demorada, que fizeram os nossos políticos que para aí andam numa cabra-céga trágica? Que fizeram os professores, os economistas, os militares de galões largos, os colonialistas, os... patriotas? Como procedeu a imprensa, calada ou imbecilmente desdenhosa, com uma ou duas excepções de jornais conservadores?

Nós pensamos que para nos defender da natural ambição imperialista de Castela que esta decadência mais fortalece, não é bastante a Divina Providência ou o Acaso, seu rival, pouco importa a sombra de Nun'Alvares, a pá de Brites d'Almeida, as estâncias dos *Lusiadas,* as palavras sentenciosas de Pombal. São logares-comuns de combustivel puramente literário, queimado no delírio patriótico de conselheiros que não compreendiam o valor de tais símbolos.

Aqui, temos a louvavel pretenção de demonstrar que, em face dos chamados elementos clássicos de nação, Por-

tugal tem tanta individualidade como Castela. Só êsse intuito nos conduziu. Estas palavras que a Espanha culta as aceite como a proclamação de um direito que até hoje ninguem se incomodou a afirmar na discussão escrita, com a certeza e o desassombro com que aqui o fazemos, sem que às nossas palavras a mais leve intenção agressiva seja lícito atribuir.

Passou o tempo da ironia e do riso demolidor, não pode subir mais o montão das ruínas: a hora é de crença para os que desejam ser grandes ou querem simplesmente conservar-se dignos.

Herdámos da geração de nossos pais um triste património de ideias: aqui o repelimos com nobreza e decisão para ter direito de acusar os portugueses mortos que em má hora contestaram as nossas razões de independência, em nome de uma falsa filosofia.

Em que país do mundo poderia acontecer que alguns dos seus melhores pensadores, dos que escreveram e leram a História de sete séculos, viessem afirmar que a realidade historico-política da sua pátria é um capricho do acaso ou o resultado mal-firme de um casamento de principes?

Meio século a mais de cultura e experiência teria agora levado êsses portugueses a um remorso exemplar, se a

mortos não podemos fazer a injúria de os julgar mal-intencionádos.

As pátrias provisórias, as fronteiras da Terra abertas a todos os homens, o delírio pacifista pretextando largos banquetes, têm a resposta eloquente na actual guerra da Europa em que o espírito das nacionalidades como nunca se afirma e afervora.

O sentimento da independência adormecido na paz de longos anos por tantas quimeras, renasce e papita dos campos às cidades: guerra para defender a patria, guerra para legitimamente a engrandecer!

Falando em nome de um sentimento que deve ser de todos e em nome de uma doutrina que é de novos e para ser por novos compreendida, os autores destas conferências pensam sinceramente que não há outro caminho para alcançar a verdade política em Portugal, visto que à Nação pedem os elementos orgânicos do Estado e no culto da Tradição do que fômos, motivam a fé do nosso maior destino.

Em 1820 a derrocada começou e já os melhores esforços nada valeram para nos deter na marcha para a República, cujas provas ninguem poderia esperar tão rápidas e concludentes. Como uma violência imposta às condições

em que a nacionalidade se individualizou, a solução não podia deixar de ser negativa e conduzir-nos até êste turbilhão de indisciplina que ninguem já pode conter, em nome de princípios que a autorizam e estimulam constantemente.

Um povo a quem roubaram o sentido da ordem social e que nos intervalos da sesta se envenena com uma imprensa de fadistas; um exército em que os sargentos mandam nos capitães e cujos oficiais se desrespeitam como apaixonados políticos de facção; um operariado perdido pelos agitadores na incerteza das mais dissolventes quimeras; magistratura servil e sem espírito de classe; lavoura fatalista e desorganizada, tudo vive entregue a um Estado, senhor da Ordem, que ha muito reconhece e protege oficialmente uma categoria profissional nova, os revolucionários civis, parecendo já um simbolo trágico aquele palhaço que pela mão de um revisteiro apareceu há meses num teatro de Lisboa, figurando Camões a cantar o fado.

As conferências que se vinham realizando no salão da Liga Naval Portuguesa, em resposta à campanha da imprensa espanhola, alguma coisa testemunham, cremos, das ideias dos monárquicos, ácerca da união ibérica.

A toda a hora, à falta de razões para nos calar e de

boa-fé para reconhecer os nossos propósitos, é repetida a calúnia de que os monárquicos desejam a intervenção de Espanha.

Respondam-lhe, de uma vez para sempre, as seguintes palavras de Segalerva no seu livro — *La Unión Ibérica*, a páginas 364: «*Nada se puede intentar más contrario á todo esto, ni más favorable á la continuatión, aumentada y agravada, de la triste historia de la ruina del* IMPERIO PENINSULAR, *que acabamos de examinar en los capitulos de este libro, que la restauratión de la Dinastia de la Casa de Braganza en el Trono de Portugal.*

Sobre esa Dinastia pesa la responsabilidad do haber deshecho en tiempo de Felipe IV la obra de Don Felipe II, y si fuere restaurada renacerian con ella todos los obstáculos que desde 1640 vienen impidiendo la UNIÓN IBÉRICA.

Por isto, que no ha menester otra defensa que la de ser enunciado, no proceden con cordura los españoles que toman parte, más ó menos directa, en la ejecution de ciertas tentativas. La politica sensata aconseja la más absoluta abstentión y esperar el desenvolvimiento de la Republica portuguesa. Nosotros no debemos ayudar ni la Monarquia ni la República; pero en todo caso, más debemos ayudar la República que la Restauratión monarquica».

Como se vê pelas rubricas, a série não se completou, porque a 15 de Maio dêste ano, um bando de *patriotas* armados, dando vivas à República, à Liberdade e à Constituição, invadiram as salas da Liga Naval, quebrando mobilia, *apropriando-se* outros de varios objectos e dinheiro, no delirio do seu triunfo.

As conferências foram suspensas, porque a República tinha sido pela segunda vez proclamada e a Constituição estava novamente em vigor...

E neste momento escuro em que de todos os lados as cassandras profetizam morte, queremos nós afirmar que a República não é, nem pode ser jamais a Nação Portuguesa, que a todos os tiranos chega o momento de ser vitimas e que em nome da nossa mocidade, da nobreza do nosso espirito e da nossa honra de Portugueses — queremos viver!

Outubro de 1915.

A conferência que nesta série se anunciara com o titulo — *Diplomacia Peninsular* do nosso camarada Alberto Monsaraz, não pôde ser incluida no presente volume, por motivos estranhos à vontade de todos.

Será brevemente publicada em separata e virá a fazer parte dêste livro em outra edição, se por fortuna a vier a ter.

O Territorio e a Raça

Conferencia realizada na sala nobre da Liga Naval Portuguesa, em 7 de abril de 1915.

O IBERISMO

A crise nacional e o Iberismo. Causas da nossa decadencia. A Liberdade e o espirito protestante. O pensamento reaccionario. A concepção teocrática da Igreja. A Revolução, filha da Reforma. Antecedentes do programma de Badajoz: — o conluio dos «*martires da Patria*» com ó general espanhol Cabanes. Manoel Fernandes Tomás entendido com um club secreto de Cadiz. Confederação republicana da Peninsula. A Maçonaria, traidora á Patria. A *Carta*. Uma frase de Antonio Rodrígues Sampaio. O Iberísmo autorisando-se de Alexandre Herculano e de Oliveira Martins. O Iberismo, como doutrina revolucionaria da parte de Portugal. O Iberismo, como afirmação natural da parte de Castela.

O TERRITÓRIO

O planalto central da Peninsula e a depressão marítima da vertente ocidental. Zona seca e zona húmida. Continentalidade e insularidade. Fronteiras naturaes. A influencia dos rios e do litoral na formação da nacionalidade portuguêsa. Elisée Réclus. O depoimento duma publicação oficial espanhola. O exemplo da Holanda. Regime pluvial e diversidades climáticas. Meio fisico e determinismo psicológico. O genio castelhano e o genío português. O Lirismo e a Epopeia.

A RAÇA

O homem de Mugem e o braquicéfalo immigrante. O pequeno dolicoide e o mesaticéfalo vizinho. Tipo homogeneo do português. Diversidade de tipo nas populações espanholas. Razões etnicas da nossa autonomia. Resistencia nativa do Lusitano e simpatias fusionistas do Ibero. O localismo, motivo estrutural da nossa historia. O espirito militante, caracteristica da historia espanhola. A colonização. Comunitarismo e individualismo. O orgulho e a vaidade. As *Canções de Gesta* e a *Materia de Bretanha*. A demonstração de Olivença.

CONCLUSÃO

Apelo á gente nova. A festa a Nun'Alvares. Um verso de Calderon de la Barca.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

I

Como em toda a hora de crise nacional, o perigo ibérico está diante dos nossos olhos, indicando o futuro mais certo da Patria, se a Patria se não reabilitar lá fóra, quanto antes, pelo regresso á Ordem e pelo respeito a si mesma. Só vivem os povos que sabem viver. E saber viver não é arrastar uma existencia subalterna de país tolerado, sem mais direito a dirigir-se e a ter-se em conta de autónomo que a condescendencia um tanto duvidosa dos vizinhos. E' essa hoje, infelizmente, a nossa desgraçada situação. Levamos a carreira doida do abismo numa farandola de insensatos que se afundam, cantando e rindo, tal como os bailarins macabros da lenda. Ninguem se crispa num gesto que ao menos nos salve a dignidade! Tomou-nos a moleza do invertebrado. E como invertebrados sofremos sem reacção os vexames d'um destino que é já de mais para a nossa honra de homens de bem, quanto mais de cidadãos livres duma terra livre! Não temos ainda para cá das fronteiras o inimigo tradicional. E se êle vier, não será a sua aspiração de séculos que o ha-de erguer em som de guerra contra nós. Jnstiça ao cavalheirismo de Castella, nós é que a chamaremos ás armas, — hão-de ser os nossos desvarios que, esgotando-lhe a paciencia, acabarão por lhe escancarar as portas da casa. A solução intervencionista é logica, é natural, como as coisas que o são, quando um importuno nos incomoda e nos coloca em risco de quebra o nosso proprio sossego, a nossa propria disciplina. Quem perdeu o geito de ser prudente e não faz mais nada senão desgovernar-se, abre-se-lhe uma falencia ou instaura-se-lhe uma curadoria. Não é outro, meus Senhores, o nosso tristissimo caso!

Nós andamos a desmembrar-nos aos bocados, como numa grande barafunda em que os pais mercadejassem os filhos e os filhos leiloassem os pais. Manda em nós o estrangeiro do interior. E' o estrangeiro do interior quem calunía o nosso Passado e cobre de descrédito as suas gloriosas instituições, para que as raizes de Por-

tugal se enfraqueçam e nós não sejamos dentro de breve senão um terreno raso para as experiencias do internacionalismo maçonico. E' o estrangeiro do interior quem profana os nossos templos, quem ennodôa de infamias as velhas crenças que tornaram forte a Grey e nos trata como pretos debaixo da trindade revolucionaria — Liberdade, Igualdade e Fraternidade, velharia caduca, que olharíamos como uma caricatura sem nome, se a nós nos não custasse como o pior dos pesadelos. E' o estrangeiro do interior quem nos conduz ao fim dos fins, — quem nos divide e enfurece em brigas fratricidas, roubando-nos o senso duma força superior que, vinda de Deus e da Historia, é, como os campos de batalha europeia no-lo comprovam, o motivo mais forte de durar e de vencer. Se Portugal possuisse uma finalidade, nunca o estrangeiro do interior, com palavras de promessa na bôca de mentira, nos empurraria assim para a ùltima das vergonhas, prestes a atar por nossas mãos a grilheta infamatoria! Nunca! Mas se quê? A idéa colectiva desapareceu de todo na nossa sociedade, — se o mais esteril individualismo nos depõe em aposentação numa transigencia covarde com o azorrague que nos castiga!

São as consequencias dum crime que de longe vem, meus Senhores! E' o crime dos ilusionistas de 1820 que, subvertendo os alicerces inviolaveis da Patria, a constrangeram levianamente num molde criado pela sua fantasia a escaldar. Cada povo, porque é povo, rege se pelas leis fixas do seu determinismo, — leis que, sendo *limite* e *coordenação*, são por via disso *fisionomia* e *vitalidade*. Alienar em mim as condições familiares da minha ascendencia, é alienar-me a mim proprio. Outro papel não tiveram os exaltados politicos do Romantismo, porque, traíndo a nossa conformação hereditaria, nos puseram inteiramente ao capricho duma utopia desorganizadora, que qor fatalidade irreparavel nos havia de despenhar nesta desgraça das desgraças em que hoje rolamos perdidos.

Eu não venho aqui, meus Senhores, acusar ninguem. Mas não devo calar a minha repulsa, a indignação da minha consciencia de português, pela liberdade teórica de Mousinho da Silveira que, soprada pelos ventos atrabiliarios da França, nos arrancou á certeza do nosso destino histórico, para nos abandonar, depois de desenraizados e perdidos, á doutrina suicida que em Oliveira Martins toma expressão definida.

Um país, uma patria, é, meus Senhores, uma realidade fisiológica com os seus caractéres tão certos, regulados por leis tão inalteraveis, como os caractéres e as leis por que se distinguem as outras realidades físicas de que a vida se compõe. Tem a mais, como o corpo humano, uma alma, que é o genio da Raça, — a razão afectiva dum povo. Essa alma è tecida pelo sentimento e pela expe-

riencia das gerações defuntas, amassando-se numa síntese de actividade e de direcção, na qual nós não temos o direito de tocar nem de leve, visto constituir o impulso medular de toda a ordem que seja contínua e estavel.

Bacon já dizia que as forças da natureza não se dominam senão obedecendo-se-lhes.

Resignando-nos numa aceitação heroica ás indicações do espírito ancestral, isso não importa um recúo para a noite escura das origens, nem uma recusa sistemática a quantas luzes a curiosidade sempre crescente da inteligencia nos haja de trazer de novo.

O que é preciso é manter a virtude indagadora do nosso conhecimento adentro da sua função específica.

Quando ela se excede, cai-se na hipertrofia da apreciação subjectiva, que nos leva a projecções dementadas da nossa ideação em febre, tal como na historia triste do triste cavaleiro manchego; ou então arrasta-nos a abusos de doutrina e de análise que, abstraíndo de quantas verdades no cercam, nos atiram irreparavelmente para o aluimento de todas as firmezas e de toda a iniciativa. Não se ignora que sem crêr não se póde querer. A vontade não existe sem uma crença forte, que é a sua dinâmica poderosa. Lá asseverava Renan que, se Napoleão fôra tão critico como ele, não daria nunca o golpe do Brumario.

Eis porque para nós outros, os do Ocidente, o *livre-exame* representa a mais terrivel das catástrofes. Nós possuíamos o nosso patrimonio mental e psicológico estratificado por séculos seguidos de historia nos nascentes da nossa propria personalidade. Surgiu a Reforma. E com a rebeldia sacrílega de Lutero não se cuide que a Germania, escandalizada pelos desperdicios faustosos da côrte pontifícia, procura sossegar as inquietações da consciencia cristã e conferir-lhe uma regra que a defendesse sólidamente contra as licenças da cultura greco-latina.

Não! Os desperdicios de Roma, — abençoados desperdicios! —, valiam para nós não só a ressureição dos monumentos soterrados nas ruinas da Cidade-Eterna, mas ainda o triunfo do genio ocidental nos frescos da Capela-Sixtina, com mestre Michael, repartindo-se entre os textos de Platão, que lhe ensinavam o amor da Beleza, e o Moysés formidavel do tumulo de Julio II.

Desfeito ainda no particularismo da idade feudal, o espírito alemão, até á altura incapaz de atingir o equilibro dos seus valores colectivos, lança pela bôca dum monge despeitado o grito de desacato á metrópole brilhante das sete colinas. O Protestantismo, olhado á claridade deste criterio, é consequentemente um inimigo irreconciliavel da nossa formação de latinos. Tendeu a opôr uma mentalidade sua á mentalidade europeia, baseado nos preceitos que da

Italia nos vinham, já com a disciplina robusta dos estudos eclesiásticos, já com o convivio elegante dos velhos mestres recuperados.

Os elementos fornecidos pela Reforma á apaziguação da crise religiosa que o egotismo desenfreado da Renascença ocasionaria, são um dos muitos logares-comuns que a sciencia-oficial nos impõe, ao tomar conta de nós nas bancadas da escola.

Da Reforma nos veiu a Razão-Pura. Da Reforma nos veiu a Revolução-Francesa. Se na Alemanha, como fundamento da consciencia nacional, concedeu ás inclinações despersivas do homem-loiro um molde que obtivesse do seu individualismo ferrenho de batalhador um individualismo mais alto de grupo, o qual se transformasse de seguida na individualidade ainda mais alta de patria, entre nós, povos comunitarios e de delicado temperamento emocional, só se desenvolveu em motivos de vexação e de derrocada. Vejamos nós agora como.

Condena-se para aí, com muita abundancia de tropos, mas com pouco vigor de idéas, a assombrosa criação teocrática da Igreja durante o carregado periodo mediévico, em frente da qual o grande santo laico que foi Auguste Comte não hesitava em caír de joelhos.

A Igreja, como cabeça duma comunidade de nações reunidas debaixo do sinal purificadôr do Cruz, não fez senão realizar o ditame do Apostolo: — *quod omnes unum corpus sumus in Christo.* O conceito moral de *Republica-christiana* se formou assim, colocando na tiára o fulcro rijissimo da estabilidade da Europa e dando ao nosso agitado continente aquela indispensavel unidade espiritual que é a condição primacial das verdadeiras missões civilizadoras.

Insurgido contra a avariose revolucionaria, que ele com tanta precisão qualificava de «*maladie occidentale*», Auguste Comte sonhava com um estado social aproximado a esse e não duvidou propôr aos jesuitas, — aos jesuitas, Mr. Homais! —, uma aliança ofensiva e defensiva com o Positivismo, afim de se combater sem treguas a anarquia de morte em que a latinidade se enfraquecia.

«A fé, isto é, a disposição a crêr espontaneamente, sem mais demonstrações preambulares, nos dogmas proclamados por uma autoridade competente, — confessava Auguste Comte, é a condição geral indispensavel para o estabelecimento e para a conservação duma verdadeira unidade intelectual e moral.»

Vendo-me a reabilitar a acção teocrática da Igreja Romana, Vossas Excelencias não duvidam já que eu sou reaccionario. Sou-o, — e com desassombro!

E' esse mesmo o titulo que mais dignifica o esforço mental de quem, como eu, se deseja reconciliar com as tendencias superiores do presente século.

Reaccionario, — exactamente! Porque ser reaccionario é estar com a herança filosófica de Taine, é aceitar os melhores ditames de

Comte, de Le Play e Renan, é receber de Fustel de Coulanges a lição imparcial da Historia que é Historia.

Ser reaccionario é defender a integridade da minha conformação hereditaria pelo acatamento ao Passado que me determinou e sem o respeito do qual as minhas razões de existir se esvaem depressa em menos que poeira

Por tempos largos os exageros fantasiosos do Progresso-Indefinido fizeram do desenvolvimento da sociedade uma marcha de capricho, convergindo por alterações incessantes a um ponto longinquo de perfectibilidade maxima que a Nação-Humanidade concretizaria!

Era o erro grosseiro do transformismo aplicado á sociologia. Era o romance da monera ignara de Hæckel, elevando-se por virtudes gratuitas da concepção evolucionista corrente á plenitude da consciencia, sem outro principio que a suscitasse para a luz, — para as dificeis cumiadas do Espirito, mais do que a propria força da materia em si.

Mas hoje, depois das verificações experimentaes de René Quinton, o criterio vulgar da Evolução padece uma emenda sensacional. Deixa de se figurar como um jogo continuado de modificações, para exprimir tão sómente uma afincada manobra de permanencia. A vida *é*. E porque *é*, não pretende senão obter a integridade quotidiana e rigorosa de aquele conjunto de circunstancias especificas de que brotara um dia.

E' a apelidada lei da *constancia original* dos seres. Tão cedo se perturbe no seu conteúdo essencial o integralismo fisiológico das especies, ha para logo uma anulação que nada remedeia nem nada evita.

Ora é na observancia estrita do que nós, servindo-nos da terminologia scientifica, poderemos designar por «*meio-vital*» dum povo ou duma nacionalidade, que reside o justo sentido da palavra «reaccionario».

Nós, se queremos viver, somos reaccionarios em fisiologia, na defesa acérrima em que o nosso instinto se extenúa contra os agentes deleterios que nos minam surdamente o organismo.

De igual maneira, para vivermos em grupo, para que o laço mais nobre da sociabilidade se não desate e nós não tenhamos de seguir uma sina de pobres átomos degravitados, carece-se de se ser tambem reaccionario em politica.

Fustel de Coulanges no seu testamento mandava-se enterrar catolicamente. E explicando que não fôra nunca nem praticante nem crente, lembrava-se, contudo, de que os seus predecessores haviam nascido e morrido no gremio da Igreja Catolica.

«*Le patriotisme*, escrevia ele, *exige que si l'on ne pense pas comme les ancêtres, on respecte au moins ce qu'ils ont pensé*.» Tal

é o sentido profundo do termo *reaccionario*, para aí desacreditado por demagogos de profissão, mas que eu reivindico para mim, — repito, — como o titulo que melhor define a concordancia do meu espirito com as inspirações do meu tempo.

Ensina-me esse culto respeitoso pelo determinismo orgânico da Patria a lição inolvidavel dum ilustre livre-pensador francês, — de Jules Soury, um dos mestres mais reputados do materialismo moderno.

Não acreditava em Deus o autor ilustre de trabalhos scientificos, como são *Les fonctions du cerveaux* e *Le système nerveux central*. Chegara mesmo a atribuir a vocação divina do Christo a uma encefalite aguda. No entanto, Jules Soury declarava-se clerical numa epoca de batalha dura ao Catolicismo, dizendo-se em altas vozes tradicionalista na hora em que o internacionalismo libertario ganhava as massas e seduzia as *élites*. Era um reaccionario o tratadista notavel, a quem um nosso pobre primario, encartado em psiquatra de primeira classe, se fartou de arrepanhar o melhor da sua sabedoria de pobre-diabo das medicinas indígenas. Era um reaccionario que, embora mantivesse uma inabalavel negação religiosa, entoava todos os dias a letra espantosa do Oficio de Defuntos diante do leito em que a mãe lhe morrera.

No homem tudo muda, tudo se transforma, menos os neurones, — elucidava a estranha teoria de Jules Soury. E' nos neurones imutaveis e fixos que reside a razão fisiologica do Patriotismo pelos depósitos hereditarios acumulados na sucessão interminavel das gerações. Não se escudava em motivo diverso o catolicismo *du dehors* de Jules Soury. Como francês, reconhecia os limites em que o sentimento da França se emoldurava e definia. Acatava-os por isso e defendia-os em nome duma cultura desinteressada. Porque a Igreja fôra sempre a guarda vigilante da civilização ocidental, Jules Soury, enaltecendo-lhe a hierarquia e o espirito de renuncia e de sacrificio, batia-se por ela numa coragem rara de convicções. Enobrece ser reaccionario com figuras assim!

Pois, como reaccionario, é que eu acentúo o papel coordenador da teocracia romana durante a Idade-Média. A igreja representava esse elemento universal necessario á vida dos povos que a Maçonaria, invertendo os valores moraes e religiosos, pretende incarnar em si com o mito cosmopolita da Nação-Humanidade.

A experiencia dura da guerra actual deixa-nos medir bem a falta de um eixo de apoio em que as divergencias irredutiveis dos diferentes interesses politicos se conjugassem pacificamente em ordem ao equilibrio superior da comunidade internacional. A base dessa comunidade não pode repousar na supremacia dum imperio ou no predominio duma aliança. Fundamenta-se numa noção de natureza espiritual e afectiva que, consagrando por um lado os

múltiplos particularismos de que se reveste a idéa de Patria, por outro lado reúne as mais opostas aspirações na demanda duma mesma finalidade, — a finalidade moral e religiosa, que é a unica capaz de irmanar a todos os povos e a todas as raças.

Comprova-o a funcção historica da Igreja com a *Tregua de Deus* e a intervenção pontifícia nos demandos dos reis medievaes. Nem só a espada de Afonso Henriques sesteve o Portugal — nascente contra o poder tres vezes maior do leão de Castela. A bula do papa Alexandre III acudiu como um anjo da guarda á nacionalidade em começo.

Não é outro o conceito de «*Republica-christiana*». Joseph de Maistre bem o reabilitou em previsões que talvez pertença ao nosso seculo o haver de realiza-las. Só deste modo se corrigia a funesta divisão trazida pelo Protestantismo á liberdade e á paz da Europa.

Com efeito, aluído o vicariato supremo do Pontifice pela dissidencia irreconciliavel da Reforma, imediatamente ao interesse uno e equitativo da *Republica-christiana* se sobrepõem os interesses antagónicos dos varios Estados, disputando-se a primasía. Os Reis, que pela doutrina tomista eram chefes e não donos, engrandecem-se descomunalmente nas excessivas atribuições de magestade que o Protestantismo lhes confere, colocado na contingencia de se perder na anarquia, ou de prevalecer pela intervenção do Estado, visto não dispôr da firmeza certa do Dogma.

Falseando o principio católico de que toda a autoridade legítima vem de Deus, gera-se num sentido vicioso de investidura pessoal o absurdo direito divino dos dinastas, a quem os doutores reformados concedem até a prerogativa da ordenação sacerdotal. Na concepção católica da Realeza, a Monarquia, como expressão do conjuncto social, está acima do Rei. Com os mandamentos políticos do «*livre-exame*», o Rei suplanta a Monarquia. Esvái-se a identidade religiosa e moral do orbe católico em que cada estado procura preponderar, levado apenas em atenção ao seu alargamento insaciavel. As nações pequenas subalternizam-se em precarias esferas de influencia. Quem pesa na balança é a espada bruta de Brenus. Assiste-se ao embate da hegemonia francêsa com a hegemonia espanhola. As lutas de guelfos e gibelinos são pálidas sombras ao pé do passar e repassar de exercitos em que o coração da Europa se confrage e ensanguenta duradoiramente. Em Roma o Principe da Paz já não pode nada. Os preceitos germânicos da posse tinham-se sobreposto aos ditames claros de S. Tomás. Os Reis reinam já por si, — pelo seu capricho absoluto, e não pelo direito da sociedade em se conservar.

Não é denegrindo a Alemanha na sua literatura, na sua sciencia, nas suas artes e nas suas industrias, não é acusando-a de bar-

bara, o que é um elogio em relação á nossa civilização maçónica e negativista, e indo no dia seguinte louva-la em Beethoven e em Wagner, que o nosso problema de latinos se coloca em face da guerra contemporanea.

Se o nosso genio corre perigo de morte e se a nossa repulsa carece de ser afirmada diante das avançadas belicosas do homem-loiro, é na condemnação inexoravel do individualismo contagiado por ele ao Ocidente que o nosso ataque deve insistir, sem recorrer a caricaturas grosseirissimas que só deslustram a quem se não péje de utiliza-las.

Na verdade, se o Ocidente padeceu o mal da Revolução, se a mentira democrática nos dissolve e gangrena irreparavelmente, agradeça-se a esse nefando «*espirito-de-analise*», assoprado lá das bandas tristonhas da Germania!

Na Alemanha o «*livre-exame*» traduziu a constituição duma mentalidade autónoma perante a supremacia intelectual do Latinismo. Transferido para as categorias psicológicas do Ocidente por meio da rigida inteligencia huguenote, deu no abuso do criticismo, sem duvida a pior das muitas pestes que nos teem visitado. Esfarelou-nos os nossos motivos inatos de crer e de querer. Foi o indivíduo abstracto dos Imortaes-Principios, sobrepujando a regra eterna da colectividade. Foi Port-Royal, foi a Enciclopedia, — é Jean-Jacques, é o Liberalismo. Pelo amor cerebral das ficções inventa a transcendencia opressiva da Lei. A lei passa a determinar a sociedade, em vez de unicamente a exprimir. Surge daqui a paranoia parlamentar, tendo surgido antes, numa serie de terminações em *ismo*, dentro da religião, o Jansenismo, em politica religiosa, o Regalismo, e no campo do direito publico, o Absolutismo. No fundo sempre o Individuo, sempre a opinião caprichosa, sempre o *livre-exame!*

Pombal aclimata aos nossos horizontes uma abstrusão tamanha. Protege os Padres-do-Oratorio, gafados do defeito jansenista. Premia com bom dinheiro a *Tentativa Theologica* de Pereira de Figueiredo. Expulsa os jesuitas como terriveis republicanos, por eles defenderem as razões politicas de S. Tomás. Declara apócrifo o tratado de Vaz de Gouveia sobre a *Justa Acclamação* de D. João IV, em que se estabeleciam as limitações tradicionaes da nossa Monarquia. Eis porque o Marquês é bem o representante da corrente enciclopedista na sua face primeira, — a de apelo ao poder civil para suplantar as altas hierarquias eclesiasticas.

Na separação dos dois poderes, — do poder temporal e do poder espiritual, — é que descansa a mais sólida garantia da liberdade. São dois polos que se neutralizam reciprocamente para tudo o que haja de significar a preponderancia despótica de qualquer deles.

O poder espiritual é, na frase de Auguste Comte, «a reacção normal da inteligencia e do sentimento sobre a força». Conforme o grande filósofo da Ordem, «o principio revolucionario consiste sobretudo na absorção do poder espiritual pelas forças temporaes, que não reconhecem outra autoridade teórica que não seja a razão individual».

A razão individual é, como já vimos, filha directa do Protestantismo. «Tendo regeitado toda a autoridade espiritual para fazer prevalecer o livre-exame, escreve ainda Auguste Comte, o protestantismo não podia evitar a anarquia senão submetendo a Igreja ao Estado, cujo poder representava a supremacia material, emanada do número, em virtude da igualdade.»

São as vesperas da Revolução. Seu precursor natural, o nosso Marquês vai no acompanhamento dos chamados «*reis-filósofos*». E puxado pelas idéas em voga que recebera da sua passagem demorada pelas côrtes de Londres e Viena, Pombal é o maior responsavel pelas desgraças da Patria. País de arreigada estructura agrícola, quís-nos vestir o molde industrialista com companhias omnipotentes e monopolios pesadissimos, á maneira do que presenciara lá fóra. Sufoca a expontaneidade social com o seu estadismo enfático. E é, por antagonico que pareça, o primeiro passo dado entre nós para a estreia da liberdade romântica em 1820.

Não consente reservas a afirmação feita acima sobre a origem protestante da Revolução. «O principio do exame individual supõe directamente a igualdade como condição basilar, — acentua Auguste Comte. Ele não admite outra autoridade senão a supremacia do numero.» Existe por via disso um estreito traço de parentesco entre as ditaduras caprichosas do século XVIII e os caprichos dictatoriaes da paranoia de 89.

Legaliza-se por fim a cartilha declamatoria da «*Bondade-Natural*». E' o triunfo do *homem-anhistorico* de Sorel, isento de todos os condicionalismos fisicos e sociaes. Uma lei que seja bôa é bôa em toda a parte, como em toda a parte é certo o mesmo axioma de geometria, — declarava Condorcet na Convenção.

Assim, pela obsessão constante do Individuo, — pelo motivo absorvente do racionalismo, se promove o desequilíbrio da sociedade desde que o improviso legislativo elimina a acção experimental do Costume. Segue-se-lhe o desarranjo económico pela abolição do estatuto colectivo do Trabalho. E como complemento, consagra-se por norma governamental e administrativa a estulta insciencia dos Parlamentos, que outra coisa não é senão o «*livre-exame*» aplicado ao jogo complexo dos fenómenos sociaes.

Muito a propósito, observa um judicioso publicista francês, J. Coquille, que «*l'unité morale des coutumes n'a pas été rempla-*
«*cée que par l'unité purement matérielle d'une loi uniforme* : *leur di-*

«versité, apropriée aux diversités de mœurs et de caractère, «donnait au droit une vie intime et l'individualisait en quelque «sorte dans les habitants de chaque localité! Moralement et in- «tellectuellement, on savait la coutume par cœur, parce qu'on «avait vecu avec elle. Le droït est maintenant une étude spéciale, «une proféssion, la masse des Français en est naturellement ex- «clue».

Filiada a soberania popular no Protestantismo que confere á simples apreciação pessoal a suprema decisão das questões religiosas, independentemente de toda a autoridade legítima e competente, oiçamos ainda Coquille pronunciar-se ácerca da superstição da lei, tão caracteristica das situações revolucionarias. *«C'est à «la suite de la Réforme que le droit bysantin a supplanté les coutu- «mes presque partout, La manie législative en provient, et la né- «cessité de volontés étrangères pour le réglement de tous les in- «térèts, puisque le droit dépend désormais d'une science spéciale, «et non plus de la conscience publique manifestée par le témoi- «gnage des sages et des prudents.»* E' a barafunda, é a instabilidade, é a desordem. Cada cabeça, cada sentença. Eis porque os regimes anormaes não subsistem nunca. São governos contra a natureza por assentarem no alcance fortuito do individuo. Esquecem os Mortos e não contam com os Nascituros. Por esquecer os Mortos, redivivos sempre na Tradição e não ter contado jamais com os Nascituros, que são a pedra angular do dia de amanhã, é que a nossa republica de tragi-comédia se arrasta desde a hora em que nasceu numa agonia lenta de alma-penada em que acabará por se ficar. Ela é, como as outras o são, «a revolta do ser contra a especie», — na sentença memoravel de Auguste Comte.

Compreende-se agora como é que, através das infiltrações vagarosas do cesarismo pombalino, o nefasto espirito protestante conseguiu conquistar-nos definitivamente com as aventuras bem para repelir de 1820 e de 1833.

«A constituição dum povo, — escute-se mais uma vez o publicista Coquille, — é sempre costumeira, e quanto mais ela é costumeira, mais ela é natural. Quando a lei, em logar de se preocupar com assuntos de policia e segurança pública, pretende regulamentar a religião, a familia e a propriedade, é certo que só as prejudica. Estes tres factores florescem sobretudo com a ausencia da lei, porque vivem de si mesmo e por si só se defendem. A natureza, por intermedio do tempo, as fortifica e enraíza.»

Ora a liberdade constitucional de Fernandes Tomás, muito bem entendido, ao que se afirma, com o oiro da Maçonaria espanhola, imaginou regenerar uma patria, roubando-lhe os suportes seculares que lhe estratificavam os alicerces. Se bastantes abusos de centralização e parisitismo nos viciavam o aparelho governativo,

provinham eles dos vincos deixados no Poder pela passagem do Marquês. Tudo o mais que existia nas nossas instituições saíra da índole da raça, — era a criação historica do nosso genio colectivo, agindo com as suas virtudes e os seus defeitos.

Não o consideraram assim os agitadores de 1820, preocupados apenas em elaborar uma constituição mais liberal que a de Cadiz, — como francamente confessavam, e quem sabe se em participar dos cinco milhões de reales que se dizia haverem recebido das Lojas de Espanha para facilitarem aqui a proclamação da republica confederada?! Como Vossas Excelencias vêem, o programa do jantar de Badajoz não é nada novo!

Não se ignoram as consequencias dessa desastrada *«regeneração»*. Aplicado sem mais ensaios á nacionalidade portuguêsa, o criterio rectilinio da Lei deu a extirpação dos nossos velhos quadros institucionaes. O instinto foraleiro da Patria foi negado pela montagem estrangulante do Estado burocrático. Demitiu-se o municipalismo proprio da Grey. Votaram-se ao exterminio as corporações de artes e oficios com a sua expressiva Casa dos Vinte-e-Quatro por orgão e porta-voz. A base pluralista da representação repeliu-se por arcaica. As Côrtes-Geraes tiveram-se como uma coisa gótica, como uma velharia caduca. O Individuo passou a ser, ao longo do agrupamento social, a celula originaria de toda a actividade. O *«livre-exame»* fazia bom caminho entre nós. Faculta-lhe os progressos a hipertrofia romântica da sensibilidade. Servia-o na sombra o internacionalismo maçónico. No entanto, o traidor Gomes Freire pagou na forca o procedimento precipitado. E' que só tres anos mais tarde a atmosfera estaria disposta.

... E em 24 de agosto, dia de S. Bartolomeu, quando anda o diabo á solta, é que a Liberdade, — a tal de letra maiúscula, nos entra pela porta adentro e se assenta em nossa casa.

A carta regia de 4 de julho de 1824, aparecida depois da celebre jornada a Vila-Franca, quís-nos salvar ainda, tal como á Europa latina quisera salvar a Santa Aliança dos Reis e dos Povos, — e não dos Reis contra os Povos, conforme a historia que não tem nada de historia.

Mas não havia forças possiveis no mundo que nos sonegassem ao prestigio mágico da Liberdade, que viera matar as antigas liberdades. E' que a liberdade, com L grande, meus Senhores, parece da familia de Saturno: — devora os filhos, devora as liberdades, com o maior dos desfastios!

Não suponham Vossas Excelencias que a verdadeira liberdade. — a liberdade política, era um dom da França! *«La liberté politi- «que consiste en ce qu'un peuple fait la volontè, et la volonté d'un «peuple, c'est la tradition.»* E' como Coquille qualifica a liberdade. Assim a tivemos nós desde sempre com Afonso II, mandando que

se não executasse sentença alguma de morte senão vinte dias depois de pronunciada; com Pedro I chamando nas Côrtes de Elvas cidadãos aos vilões dos concelhos; com João II, reconhecendo a independencia do poder judicial nos presentes com que distinguiu o magistrado que sentenciara contra ele.

Nunca um rei de Portugal fôra aclamado sem jurar primeiro guardar e defender as liberdades e os foros do seu povo. Já pela reorganização da Justiça em 1612 se estatuira o procedimento legal de não se reter ninguem em prisão por mais de oito dias, quando se lhe não houvesse formado culpa dentro desse prazo, D. Maria I confirmou o principio por alvará de 1790. Aonde é que ficava a liberdade teórica das declamações salivosas de 1820?

Mas ele ha muito mais ainda. «Esta casa é de vinte e quatro, não cabem cá vinte e cinco!» — respondera o juiz do Povo de Lisboa a um emissario de D. Pedro II. Nada, porém, valia de ponderação! Chegava a Liberdade, — a bem ou a mal a teriamos de receber e festejar. «Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar!» — proclamara do Porto o Dador. Numa furia macabra de inovação, nada resistiu á «*moda de França*», como dizia o prefeito de Viseu, falando do registo civil. Mutilamo-nos, dividimo-nos, foi uma delicia pegada o bolo repartido pelo *Ministerio dos Ladrões*. Enquanto durou o delirio do festim, ninguem cuidou do terreno movediço em que nos afundavamos. Em face da complicação crescente da máquina administrativa, Portugal já não vivia. A Liberdade matára-nos. Eramos sómente um pretexto para a comesaina dos bandos. Não sou eu quem facciosamente o denuncía. Denuncía-o Luz Soriano que se bateu pela *Carta* e a serviu como um valente. Os sinceros bradaram cedo a desilusão que os surprehendeu. E' um deles Garrett, que não hesitou em reputar criminosa a sua colaboração nos reformismos insensatos da Terceira. Ha gente honrada que se retira, que se aposenta. Resignavamo-nos á derrocada. Retarda-la seria agora o nosso empenho. E á volta de 1851 o *Iberismo* surge professado por nós outros que, sem tradição nem finalidade, já não nos podiamos explicar autónomos por nós proprios.

Eis os resultados evidentissimos do «*livre-exame*». Não é sem motivo que as estatísticas fornecem uma percentagem mais numerosa de suicidas entre protestantes do que entre católicos. Por outro lado, a inteligencia protestante conclúe sempre no negativismo, ao passo que a inteligencia católica conclúe na necessidade do Dogma. E' o mal da análise, são os efeitos corrosivos do criticismo. Pois semelhante caso de psicologia individual verifica-se nos países que sofreram essa especie de «*livre-exame*» colectivo que é a mania constitucionalista.

E' olharmos a nós, ao estado de ruina em que nos encontra-

mos, para nos certificarmos da verdade da afirmação. Somos uma terra perdida por causa da Liberdade. A Liberdade é filha do espirito protestante. Fixe-se o facto e não olvidemos que com a Liberdade se engeitou a natureza foraleira de Nacionalidade nos becos sem saída de toda uma incrivel literatura legislativa.

Reduzidos a menos que pó os organismos intermédios, em que a soma dos diversos interesses regionaes e económicos se formalisava e graduava perante a acção coordenadora do poder central, nós tivemos num país que perdera o seu aferro centrípeto, duma parte, a imponencia abafante do Terreiro do Paço, da outra, uma sombra tristissima de patria, arrastando o viver das existencias subalternas.

O justo diagnóstico da nossa decaída pertence a Eça. Perante os estragos produzidos pelo sofisma monárquico-constitucional, as *Farpas* anunciavam logo no começo, com entono profético, que não passavamos dum povo fadado para a conquista. Como o pensador que o vicio da análise arrasta ao suicidio, tambem nós, não nos podendo explicar por nós proprios e já com as ideologias do Progresso-Indefinido a transtornarem-nos, — tambem nós, meus Senhores, nos atiravamos irremediavelmente para a morte voluntaria!

O nosso suicidio revestia-se de linhas resignadas com o *Iberismo*, que, falida a experiencia cartista, se apossou de certos elementos com predominio nos circulos reputados por cultos. Portugal olvidara a integridade do seu «*meio-vital*». Como é que um país, sem norte nem mais consciencia dos seus destinos, havia de prosperar e de seguir virilmente o caminho dos fortes, se, de alto, na governação, o pedantocrata o atraiçoava, se o profissional da politica o desmentia a cada hora?

E' deste modo que, por volta de 1851, se emite em público a doutrina da nossa fusão. Traduzido por Latino Coelho, D. Sinibaldo de Mas pontifica arvorado em doutor do novo credo. Avança-se tanto para um programa de realizações imediatas que até já Santarem se aponta para capital da Iberia unida. A base de aproximação é o projecto de casamento de Isabel II com D. Pedro V. O vento de insania esconjura-se, porem, um instante, fracassadas todas as tentativas diplomaticas que se empenhavam naquele enlace.

Mas, caixeiro viajante da idéa iberista, não tarda que apareça em scena Fernandez de los Rios com *Mi mission en Portugal*. El-Rei D. Fernando II nos salva então, quando no entusiasmo dos propagandistas já as armas nacionaes do velho reino de Afonso Henriques se sumiam ingloriamente para cederem o campo a outras inverosimeis armas de Portucal-condado (1). E' a crise de

---

(1) «*Uma Cidade branca em campo azul sobre um mar de ondas verdes e douradas*», em memoria de Porto de Cale. Assim descreve Antonio de Vilas Bôas e Sampaio na *Nobiliarchia Portugueza* as primeiras armas do Reino, que os iberistas perfilharam.

Espanha com a abdicação de Amadeu e o advento da republica, de passageira trajectoria. Fala-se, discute-se, e mais uma vez o perigo se esconjura, conquanto uma vergonhosa tendencia unitarista se continue a manifestar entre nós, com o general Prim animando-a secretamente por intermedio de agentes de confiança.

Se um dia se quiser informar o processo do Constitucionalismo em Portugal, não carecemos de recorrer a outra fonte de instrução. A questão iberica é bastante. Porque eu, meus Senhores, vindo aqui falar da nossa anexação a Castela, não me devo pasmar das ambições absorcionistas dos nossos vizinhos. O que eu stigmatizo é o cinismo repelente que se ergue em doutrina politica nas falencias da nossa historia, para acobertar os desaires de aventureiros dum momento com a alardeada incapacidade da nossa infeliz raça.

Castela cubiça-nos desde que é Castela. As suas aspirações nunca satisfeitas são naturaes, são consequentes, como um centro de gravitação procurando submeter a parte desgarrada do todo. Elas são tão velhas, pelo menos, como o nosso separatismo que sobe do negro das idades. Garcia de Resende encontrar-se-ia com as indicações da natureza e da historia, ao escrever na sua sempre moça *Miscelanea:*

> «*Vimos Portugal, Castella,*
> «*quatro vezes ajuntados,*
> «*por casamentos liados*
> «*Principe natural d'ella*
> «*que herdava todos reynados.*
>
> «*Todos vimos fallecer*
> «*em breve tempo morrer*
> «*e nenhum durar tres annos.*
> «*Portuguêses, Castelhanos,*
> «*não os quer Deus juntos vêr.*»

No entanto, apesar de ser emendada a redondilha, na edição de 1622, para

> «*Portuguêses, Castelhanos,*
> *Já os quer Deus juntos vêr,*»

o que é certo que durante a guerra da Aclamação mantida por mais dum quartel de seculo, a diferença dos dois povos extrema-se bem a fundo. Em verdade, Deus não queria ver juntos portuguêses e castelhanos! E congregados para côrtes em 1668, os Tres Estados do Reino, a seguir a tanto sacrificio e a tanta dôr sofrida, ele

proclamariam bem alto a sentença definitiva. *«Por serem de secu- «los immemoriaes tam oppostos os animos, e tam diversos os intui- «tos d'uma e outra nação, era impossivel unirem-se em tempo algum «sem total ruina da nação portuguesa!»* Assim o bradaram os avós de Seiscentos, rematando um movimento brilhante de emancipação que atinge as cumiadas do heroismo nas planicies luminosas do Alentejo e assinala um grau superior de patriotismo culto em toda a actividade mental que se desenvolve da *Monarchia Lusitana* aos tratadistas do nosso direito público, com João Pinto Ribeiro, Francisco Vaz de Gouvêa, Antonio de Carvalho Perada, Antonio de Sousa Macedo e tantos mais, igualmente notaveis.

As posições de Portugal em frente do desejo irreprimido de Castela não significavam para nós nada que nos surpreendesse por inesperado ou por extraordinario. Achavam-se estabelecidas no esforço colectivo da alma lusa, consumindo-se sempre na defesa desse perigo que nunca lhe deixara uma hora sequer de descanço. *«A «guerra de Portugal com Castella he tão antiga que começou jun- «tamente com o mesmo Reyno, e seus primeiros Principes, e ha «mais de 500 annos que dura,»* — observava o chantre Manuel Severim de Faria, enquanto se desenrolavam os sucessos da nossa libertação. *«Pelo que nem esta guerra se deve ter por cousa nova «nem se deve de fazer de nossa parte por modo novo; mas termos «por certo que, seguindo-se os meios, por onde se conservarão os «nossos Reys, teremos na ocasião presente a mesma segurança e «bons successos contra Castella, que por tantos seculos tivemos.»*

Era como se pensava dantes, cheia a patria das suas razões de existir, com um fim a orientar-lhe a jornada. Na maré-alta das nossas energias, a ameaça permanente de Castella vertia-se para nós na continuidade dum estimulo, de que é bem a prova a politica sabia dos nossos Reis, preguntando para a autonomia nacional na aliança ingleza aquele ponto de apoio que na Peninsula lhes faltava.

Cessaram talvez as condições especiaes de tempo e de espaço que nos obrigaram a contraír pactos de amizade fóra dos nossos limites, com prejuizos graves para a prosperidade de Portugal, — acrescente-se. A formula de amanhã em politica exterior ha-de ser, sem duvida, não *união-iberica*, mas *aliança-peninsular*. Nós não teremos deste modo a vergonha de Olivença! Não terá a Espanha a ignominia de Gibraltar!

Mas tão funestas que se nos revelem as resultantes das nossas preferencias externas, representam um mal necessario que, a evitar-se, importaria a nossa queda irreparavel, dada a situação inferior de Portugal perante o resto da Peninsula unificada.

Assim o julgava a consciencia da Nacionalidade, enquanto a Nacionalidade se possuia e sentia bater com força o coração!

Entramos, porem, a esmorecer, tão depressa o internacionalismo maçónico toma conta de nós. Aí, meus Senhores, é que está o terrivel inimigo de Portugal!

Não o diz a historia oficial, que é encomenda bem remunerada das Lojas. Mas desde que a historia oficial classifica de fuga o golpe certeiro com que D. João VI inutilizou os planos de Napoleão, executando a tempo, na retirada para o Brasil, uma hipótese já prevista pelo Padre Antonio Vieira e pelo proprio Pombal, — como é que ela, a bôa historia, com o triangulo simbólico tão á mostra, nos ha-de dizer a verdade, nos ha-de ensinar a comprehensão exacta do que seja o interesse supremo da Patria, se, posta ao serviço do extrangeiro do interior, distingue com a palma do martirio os supliciados de 1817 e os venera compungidamente como os maiores dentre os maiores?!

Nós, os que chegámos depois da República, é que já não toleramos nem mais equivocos nem mais calunias. Embora nos acusem de praticar a historia ás avessas, tomamos por nosso lema o exemplo erguido de Fustel de Coulanges. «*L'histoire imparfaitement* «*observée nous divise: c'est par l'histoire mieux connue que l'œu-* «*vre de conciliation doit commencer*», — aconselhava o autor respeitavel de *La Cité Antique*. Por isso, saltando por cima dum século inteiro de falsificações e embustes, eu aponto o internacionalismo maçónico como a causa mortal da nossa ruina.

A Maçonaria é ré de lesa-patria. Cada santificação que parte dos seus gremios representa nada mais, nada menos, que um declino no prestigio augusto da Raça. Nos judeus defende uma etnia inimiga contra a integridade precaria da Grey. Nos Jesuitas ataca a unica organização que ainda lhe mete receios. No Livre-Pensamento enfraquece a disciplina católica, que é e foi sempre a melhor garantia da unidade moral da Nação. Nas lutas intestinas que ateia e alimenta é á anulação da idéa nacional que tende empenhadamente, para que mais um passo se avance no caminho que leva á Cidade-Futura, em que não haverá nem deuses nem chefes.

A prova mais irrefutavel dessa grande conspiração contra Portugal é justamente o assunto que aqui me trouxe. Com a esperança na queda da Realeza em Espanha, a Maçonaria tem sido uma servidora desvelada da fusão ibérica. Sabe-se como Gomes Freire figura de mártir da Patria. Pois Gomes Freire, grão-mestre da Maçonaria-Portuguêsa, é o primeiro que consente aproximações com revolucionarios espanhoes, no sentido, decerto, duma federação republicana.

Não o diz a historia oficial, — a tal historia que desacredita os nossos Reis, mas que é toda um hino ao ideal cosmopolita da Revolução. Contudo, o que a historia oficial não diz, digo-o eu! Se Beresford apanhou a meada da conjura de 1817, foi porque rece-

beu aviso de Madrid de que se achava em Lisboa o general Cabanes, encarregado duma missão junto de Gomes Freire por parte dalguns clubs secretos. De facto, quando se examinam os documentos apreendidos aos conspiradores de 1817, por mais que se disfarcem as suas intenções debaixo dum lealismo hipócrita para com D. João VI, não nos é dificil perscrutar a disposição em que trabalhavam de meias com elementos estrangeiros. Dois tópicos bastam para prevenir logo o espírito: — é o «*patriotismo português*», do barão hanoveriano Eben, e é a existencia daquele «*Supremo Concelho Regenerador*», que mata o gigante imediatamente pelo dedo.

Estava, de resto, na tradição da familia. Os maçons de 1807 tinham saído a cumprimentar Junot em Sacavem, pedindo-o depois para rei. Os de 1817 preparavam-se talvez para nos oferecerem de presente aos *tragallistas* de Cadiz em nome do patrimonio de Hiram. Mais tarde, o patriota Fernandes Tomás não se alimparia da acusação de haver aceitado cinco milhões de reales da Maçonaria espanhola. O encarregado de negocios em Lisboa, D. José Pando, seria o intermediario. Vitoriosa a revolução em Portugal, a mira era dividir-se a Peninsula em nove repúblicas independentes, mas confederadas. Se nos lembrarmos agora do livro do senhor Magalhães Lima, *La fédèration ibèrique*, mais do programa do jantar de Badajoz, não necessitamos de invocar outros testemunhos para descobrir diante de Deus e dos homens o trama tecido com cautelas miudas pela irmandade tenebrosa dos de avental e trolha.

Coincide, dessa fórma, a vinda da Liberdade, de maiuscula aparatosa, com as nossas simpatias sacrílegas pela absorção. Bem dizia já em 1879 o malogrado Antonio Pereira da Cunha que «o principio da fusão peninsular é, no século actual, completamente oriundo da revolução europeia».

«Enunciado, em Cadiz, por um português, em 1812, desenvolvido em Londres, diplomaticamente, depois de nós perdermos o Brasil, recebeu, afinal a sancção pública, no manifesto, bem claro, assinado por Kossuth, Ledru-Rollin e Mazzini, — esclarece ele.

«O espirito iberico, solapado, não extincto, onde se acha encarnado é nas diferentes fracções do gremio revolucionario, que, por caminhos opostos, imaginam lá chegar; no resto, que é a maioria, pode-se afirmar que não» — acrescenta de seguida.

Toda a psicologia do Constitucionalismo a esse respeito se exprime nas conhecidas afirmações do Antonio Rodrigues Sampaio em 1854, ao tratar-se da construção do caminhos de ferro hispáno-português: — «Se nos colocassem na alternativa de sermos miseraveis com a nossa independencia, mas sem caminho de ferro, ou de sermos felizes com ele, ainda que com perigo para a nacionalidade, nós não hesitariamos sequer um instante, optando antes pela nossa prosperidade.» Ha na estranha declaração do panfletario de *O es-*

pectro alguma coisa como o culto maçónico da Humanidade e do Progresso. Morresse a Patria, mas os principios que se salvassem! E' este um episodio que, na verdade, sintetisa uma época e um pensamento.

Não podendo, todavia, nada os manejos sórdidos do clubismo cosmopolita, puderam até a um dado ponto os efeitos enfraquecedores da ideologia liberalista. Tão cedo a soberania se repartiu por todos nós, todos nós discutimos, todos nós tivemos opinião. E vai daí, com a quebra crescente da unidade colectiva e o avanço lento da desagregação que se nos pegara com os geometrismos hirtos de Mousinho da Silveira, o espirito critico acabou com o resto. Esquecera-se o voto das côrtes de 1668. E com Alexandre Herculano, — que Deus lhe perdôe! —, abate-se uma diferencial poderosa, como é a da Raça, apenas a autoridade do historiador assevera categoricamente que nós, portuguêses, não tinhamos nada que ver com os Lusitanos e que não buscassemos outras origens que não fossem as do condado portucalense, concedido ao Borguinhão pela munificencia larga do sogro. Correu de bôca em bôca na nação visinha o conceito que de nós fazia o pai da nossa historia. Glosaram-no publicistas e camarilhas. Deu a volta aos passos-perdidos da imprensa e a cada hora nos chega aos ouvidos, vazado em castelhano purissimo, nas exortações intervencionistas dos mais inflamados. «*El proprio Herculano comienza su obra monumental borlandose* «*de la Lusitania y de los Lusitaños. Portanto tal dotrina no puede* «*ofender a los portugueses, pues suya es.*» Eis uma passagem ligeira do escritor G. Reparaz, que fala por quantas recolheriamos dos jornais e dos livros. Assim, acompanhados duma *dotrina* que não pode ofender-nos porque é nossa, compreende-se como tomam relevo e energia os periodos sabidos de Lafuente e de Fernandez de los Rios. «O direito de Filipe II, — afiança o primeiro —, não fez senão confirmar a lei geogràfica que o dedo de Deus parece ter traçado desde o principio á grande familia iberica.» Pontifica o segundo: — «A nacionalidade portuguêsa é uma evidente e terminante rebelião contra as leis geogràficas que a Criação impôs á Peninsula.» E nós aceitamos. E nós concordamos. Se os nossos rios é de Espanha que veem, se é de Espanha que as nossas serras partem. Sem raça, nem territorio, que somos nós? porque é que vivemos? Não somos mais que um improviso, — somos apenas o erro das circunstancias. E a teoria do Acaso se engendra, engendra se o pessimismo histórico de Oliveira Martins, que é, sem que ele imaginasse que o era, o doutor entre os doutores do iberismo contemporaneo.

Com Alexandre Herculano e com Oliveira Martins, se abona o livro do senhor Don Juan del Nido y Segalerva, *La union ibérica*, no actual minuto o alcorão das miragens unitaristas de Castela. Doe,

põe vermelhidões de vexame na face, o virem do sangue do nosso sangue, da alma da nossa alma, os mais fortes argumentos com que as pretensões de conquista pacífica se acreditam hoje em Espanha. E ainda por cima, com pontoadas cínicas de ironia, se sublinha que não temos de que nos queixar, pois a *dotrina* é nossa! E' o fruto colhido em quasi cem anos de sistemática desnacionalização! São as consequencias insanaveis do desvio sofrido pelo País no rumo das suas tendencias naturais! Tratados em público e raso como filhos tristissimos das hervas, sem outra genealogia que a das aguas correntes, somos nós que armamos o gesto que nos denega a legitimidade do nosso nome. Nós mesmos entornamos uma mancha de tinta obscurecedora por cima dos nossos pergaminhos olvidados. Portugal, terra livre, nação áparte! Quem ha aí que creia nisso, se Alexandre Herculano nos chama um povo moderno, confeccionado á pressa pela ambição dos principes afonsinos, — se Oliveira Martins menciona unicamente o Acaso como o factor omnipotente que decidiu da nossa autonomia? Cubramos a cabeça com a ponta do manto, meus Senhores, e deixemo-nos ir para o fundo resignadamente! E' a hora do *requiem* derradeiro, — é o fim dos fins, a derrota definitiva de Alcacer!

II

Seria, meus Senhores, se o genio da Patria não acordasse temperado por uma semente de resgate, germinada por milagre nestes dias espessos de crise! Seria, se a consciencia da Nacionalidade, revivendo na aspiração generosa dos moços, se não alevantasse de súbito e surgisse diante de nós, como Lázaro das sombras do sepulcro. Somos um povo livre, — e somo-lo sem que em nada o Acaso, erguido em deus supremo, nos haja inventado, nem o imprevisto das circunstancias nos furtasse áquela incorporação fatalista que, com base logo nos motivos geográficos e étnicos, nos subalterniza á hegemonia governativa de Castela. Precisamente, a geografia e a antropologia, o Meio e a População, o Territorio e a Raça, nos tornam, tão longe que so possa remontar, uma realidade inconfundivel por força dos mais antagonicos determinismos físicos e históricos. As nossas montanhas, os nossos rios, veem, é certo, do coração da Espanha. Porém, se a origem é a mesma, porque é que a paisagem se transforma, de súbito, de certo ponto em diante, e porque é que, a partir daí, variam as modalidades do clima e da cultura e chega a ser inteiramente outro o tipo comum da habitante? Ha uma causa permanente de diferenciação que não escapa á

mais superficial das observações. Cansem-se os unilateralismos da opinião-feita a proclamarem o contrario, tentem embora escurece-lo as conveniencias inconfessaveis de tantos teóricos de ida-e-volta, o facto não se sofisma, ele oferece-se bem ao nosso mais rapido exame. «Portugal constitue, na Peninsula, uma unidade geomorphologica, escreve Silva Teles na *Introducção geographica* ás *Notas sobre Portugal*. A sua fórma rectangular, a distribuição dos seus degraus continentaes, os caracteres das suas redes hydrographicas, os aspectos climáticos ao norte e ao sul do Tejo, imprimem ao nosso paiz uma feição especial que o torna differente do resto da Peninsula. Exceptuando a Galliza, que é um prolongamento geographico do norte de Portugal e com este tem maior semelhança do que com as outras provincias hespanholas, o continente portuguès, embora geologicamente deva de ser considerado como uma parte da Peninsula Iberica, é, no ponto de vista dos seus caracteres geomorphologicos, bem diverso do reino vizinho. E' justamente esta autonomia geographica que mais influiu na sua formação politica e, em grande parte, para a expansão mundial que teve durante os seculos XV e XVI.»

Não enumera Silva Teles os factores que promoveram a distinção do nosso territorio do territorio da Espanha unida, embora repute identica a estrutura de ambos os países. No entanto, quem reparar num mapa geológico da Peninsula verifica que cabe proporcionalmente a Portugal uma percentagem maior na distribuição dos terrenos arcaicos (macissos primitivos e rochas hipogénicas antigas). E' curioso recordar nesta altura que a sabida existencia dos lagos terciarios da Peninsula implica, com a necessidade do alongamento da terra firme no sentido de oeste, a existencia, cada vez mais realçada, da legendaria Atlantida submersa. Esses lagos ocuparam, durante a época miocénica, mais da terça parte do solo da Iberia. A sua alimentação requeria a afluencia constante de rios muito mais extensos e muito mais fartos que as correntes actuaes do Ebro, do Douro e do Tejo. Do lado dos Pireneus não podiam eles provir, pois desde o começo do mioceno que a linha pirenaica se alevantara. Os mares que hoje banham a Peninsula já então a banhavam como agora. Todavia, as despesas da evaporação que os referidos lagos tinham de satisfazer sem se consumirem, exigiam um volume de agua, cujo abastecimento, dado o espaço que a região lacustre apanhava, dependia forçosamente de cursos fluviaes dum desenvolvimento que se não comportava dentro dos limites históricos da Peninsula. Ou outra seria a configuração da Peninsula, o que não é admissivel, ou então não é licito duvidar da continuação da sua parte ocidental, em modo a reconhecer-se a realidade do fabuloso continente afundido. O facto tem bastante importancia, tanto mais que eu considero o habitante mais

antigo da vertente oceânica da Iberia como um sobrevivo dessa Atlantida de maravilha.

Mas contava eu que Silva Teles não enumera os factores que promoveram a distinção do nosso territorio do territorio da Espanha unida. E' a mingua da nossa sciencia oficial que se contenta com afirmar coisas vagas em doutoralissimos ares de dogma. Pois professor duma faculdade que se diz de Letras, como se as Letras lá estivessem, — na ironia sempre exacta de Silva Pinto —, a Silva Teles pertencia a obrigação indeclinavel de acentuar os caracteres diferenciadores dos dois países, correndo como corre no nosso proprio ensino a versão falsissima de que em nada merecemos uma vida áparte da de Espanha. Abra-se, porem, a paginas 917 e seguintes o volume I da *Nouvelle Geographie Universelle* de Elisée Reclus. D'aí transcrevi o bastante para sustentar a minha tese. Oiçamos o sabio francês: «*Il semblerait d'abord que, par un résultat naturel des attractions géographiques, le Portugal dût faire partie intégrante d'un E'tat ibérique comprenant toutes les provinces transpyrénéennes; pourtant, ce n'est point un effet du hasard ni la consequence d'évenements purement historiques. Si le Portugal a presque toujours eu une existence nationale indépendante de l'Espagne, il faut remarquer en premier lieu que la partie du rivage devenue portugaise est à peu prés rectiligne, elle se distingue par l'extrême uniformité de ses plages et contraste absolument avec les côtes espagnoles. Les mêmes conditions de vents, de courants, de climat, de faune et de végetation, se retrouvent sur tout le développement du littoral lusitanien; et par suite les habitants ont dû s'accoutumer au même genre de vie, nourrir les mêmes idées, tendre naturellement a se grouper en un même corps politique. C'est par le littoral et de proche en proche que le Portugal s'est constitué en E'tat indépendant; le royaume s'est formé successivement d'une vallée fluviale á l'autre vallée fluviale, du Douro au Minho et au Tage, du Tage au Guadiana,* «d'échelon en échelon», *suivant l'expression du géographe Kohl, puis, aprés avoir été momentanément détruit, c'est de la même manière qu'il s'est reconstitué.*

«*La zone de largeur uniforme qui s'est détachée du corps de la péninsule Ibérique pour suivre la destinée des campagnes du littoral. était également limitée d'avance par les conditions du sol et du climat. Dans son ensemble, la zone lusitanienne est formée par la déclivité des plateaux espagnols s'abaissant de terrasse en terrasse et de chaînons en chaînons vers la côte océanique. La limite naturelle des grandes pluies que les vents d'ouest apportent sur les collines et les monts du Portugal, coïncide prècisement avec la frontière des deux pays: d'un côté, l'atmosphère humide, les averses fréquentes, la riche végétation forestière; de l'autre, un ciel*

aride sur un terre déssechée, des roches nues, des plaines sans arbres. L'abondance des pluies sur le versant portugais accroît aussi brusquement l'importance des cours d'eau qui descendent des plateaux de l'intérieur; en Espagne, c'étaient de faibles rivières au cours obstrué de pierres; en Portugal, ce sont des fleuves abondants ou même navigables. En outre, les bornes naturelles, posées par les défilés et les rapides à la navigation du Minho, du Douro, du Tage, du Guadiana, se trouvent dans le voisinage de la frontiére politique. Tous ces raisons expliquent suffisamment pourquoi le Portugal, en se séparant de l'Espagne, a pris une forme d'un quadrilatère régulier. De même que dans un précipité chimique un cristal prend une existence distincte et se limite par des arêtes précises, de même le Portugal s'est détaché du reste de la Péninsule, en se donnant des frontières presque rectilignes. Le port si bien situé de Lisbonne a été, pour ainsi dire, le noyau qui a servi de centre à ce cristal. Il se développait une force propre, independante de celle qui faisait graviter vers Tolède ou Madrid le reste de la Péninsule. La partie vivante, active, du grand corps ibérique s'est élancée hors de la lourde masse de l'Espagne trop lente à la suivre dans son mouvement.»

Eis a teoria completa do nosso separatismo geográfico. Traçava-a Reclus antes de 1875, quando ainda mal Fernandez de los Rios acabara de exclamar que a nacionalidade portuguêsa era uma evidente e terminante rebelião contra as leis geográficas e topográficas que a Criação impôs á Peninsula. E enquanto de boca em boca se propaga entre nós a aria estafada de que, vindos de Espanha os nossos rios, de que vindas de lá as nossas montanhas, nós somos mais espanhoes que portuguêses, que Portugal não vai além dum pobre e ridiculo artificio, sem raizes na natureza nem agarras na raça, é para assinalar vigorosamente o depoimento que se recolhe de *Reseña geografica y estatistica de España*, publicada em 1912, debaixo da invocação do Ministerio de Instrução e Belas-Artes, pela Direcção Geral do Instituto Geográfico e Estatístico. Escutemos na *Introduccion* o engenheiro D. Antonio Garcia del Real discorrer acerca do territorio espanhol: *«El centro de la Peninsula es una elevada meseta, com 600 metros de altura media, que forma uma especie de peninsula secundaria dentro de la principal. En efecto, si el nivel de las aguas del mar se elevase 500 metros, quedaria sumergido el valle del Ebro quasi totalmente, lo mismo que el del Gualdalquivir; desaparecerian bajo las aguas la mitad ocidental de los valles del Tajo y del Guadiana y la peninsula que resultase, que es lo que denominamos meseta central, estaria unida al continente europeo sólo por el estrecho istmo de las Provincias Vascongadas.*

«Dos vertientes tiene nuestro suelo, una hacia el Oceano-Atlan-

tico y outra al mar Mediterraneo, rápida esta última y mas suave la primeira, sobre todo en la parte del centro de España, pero dada la altitud media de nuestro suelo, la corriente de los rios es en general rápida y la desecacion del terreno es rápida tambien. Los rios corren, en general, sin prestar grandes servicios ni á la industria ni á la agricultura por las grandes variaciones que su caudal experimenta y por lo escabroso de sus orillas.

«La linea que separa la vertiente del Mediterráneo de la del Atlantico puede compararr-se á una S inscrita en la mitad oriental, resultante de cortar el trapecio que representa en esquema el contorno de la Peninsula por la linea que une los puntos medios de las bases.

«El extremo NE de esta S será el cabo de Creus, extremo oriental de la cordillera Pirenaica: el trazo del S representará esta cordillera; su inflexion central la cordillera Ibérica y su rasgo inferior el que traza la cordillera Penibética hasta la Punta de Tarifa.

«Todas as aguas que caen en la Peninsula al O de esta linea van al Oceano Atlantico. Por conseguiente, la vertiente ocidental es mucho mas extensa y de menor pendiente que la opuesta vertiente del Mediterráneo, en la cual solo hay um rio de largo curso que es el Ebro cuyo cauce coincide com el diametro superior de la S divisoria y los restantes son de poco curso y de mucha pendiente. Para salvar desniveles de 1:800 metros tienen el Ebro y el Guadalquivir desarrollos de 928 y 680 kilómetros, respectivamente, El Almanzona y el Guadalention, rios de la vertiente meridional, descienden de 1:926 y de 1:150 metros com desarrollos de 123 y 214 kilometros.

«La linea de montañas que señala la divisoria de la dos grandes vertientes espanolas tiene pendiente tan rápida hacia el Mediterráneo, y rodea de tal modo al centro, que realmente puede asemejarse á una muralla que aisla la meseta central, solo abierta hacia ocidente.

«Las comunicaciones del centro com el litoral son fáciles á lo largo de los paralelos y en sentido de E. á O., más dificiles hacia el Mediterráneo por la cuenca del Ebro y muy dificiles en otra cualquier dirección. Portugal ha separado la zona maritima más accesible desde el centro de Peninsula, y Espana ha conservado un extenso litoral sin outra comunicación fácil con el interior más que la que presta el valle del Guadalquivir. La vertiente ocidental se halla dividida en cinco fajas desiguales, por cuatro sistemas de montañas, qne limitan las grandes cuencas de los rios Duero, Tajo, Guadiana y Guadalquivir, quedando al N. una estrecha faja que vierte directamente en el mar Cantábrico, limitada por este mar e por la prolongacion de la cordillera Pirenaica, que tiene el nombre de cordillera Cantábrica.

«Todas estas cordilleras, lo mismo que los taluegs de las cuatro grandes cuencas de la vertiente ocidental, tienen la direccion fundamental de E á O mientras se desarrollan en territorio espanol, pero, todos estes acidentes geographicos cambian bruscamente su direccion primitiva para tomar la de NO a SE al entrar en Portugal, como obediciendo á la misma causa de deformacion, comparable á uma flexion colosal producida por una fuerza dirigida de N. a S. y aplicada en el extremo ocidental de la Peninsula.

«Esta deformacion nos prueba que el limite entre Espana y Portugal no es tan convencional como ordinariamente se cree, y no puede menos de ser asi, porque los hechos que determinan la aparicion de nuevas nacionalidades no se producin sin causa. Aunque esta frontera no tiene la importancia de esos limites que parecen destinádos á aislar los pueblos, no deja de tener realidad geográfica, siquiera en algunos trozos no siga ningún curso de agua ó linea divisoria bien caracterizada, pero esto mismo en la frontera hispano-francesa que, á pesar de la existencia de la cordillera Pirenaica, no sigue, sino en cortos espacios, la linea natural de divisoria de aguas y serpentea en muchos trozos por lineas convencionales, atravesando cuencas, dejando en una nacion valles que son de la vecina por su pusicion hidrografica, y cortando muchas veces predios de un mismo proprietario que labra en el mismo dia, sin levantar su arado, en dos naciones diferentes.

«Los recodos del Duero, los desfiladeros que tiene que pasar el Tajo al entrar en Portugal y la curva del Guadiana, son debidos á la existencia de macizos inclinados de NE á SO que constituyen la frontera natural del vecino reino. Tales obstáculos cerraron por el O toda la parte central de la Peninsula entre la cordillera Cantabrica y la Bética y, conteniendo las aguas, dieron lugar en la epoca terciaria á la formacion de los lagos de ambas Castillas. Hasta donde llegaron los lagos llegó Castilla próximamente. Las asperezas que constituyeron las orillas ocidentales de aquellos lagos, y que hoy impiden que los rios Duero e Tajo sean navigables fuera de Portugal, son las defensas naturales de una fuerte frontera que sólo desaparece entre el Alentejo y la Extremadura espanola por Badajoz y cuyo carácter explica la desmenbracion del suelo de la Peninsula.»

Transcrito na integra o testemunho insuspeito duma publicação do Estado, é o ensejo agora de se retorquir aos que de Espanha alardeiam que a doutrina fusionista em nada nos pode ofender, porque é toda nossa. Se-lo-á muito embora, em textos portuguêses que Portugal não perfilha e em que a verdade se perde através de espessos sectarismos de opinião. Se-lo-á ainda para as inteligencias maçonisadas, mesmo sem elas o saberem. Se-lo-á sempre para os covardes de aspirações e para os ciganos do pensamento. Para

nós, os moços, é que nunca ha-de constituir mais que o disfarce cínico duma abdicação a que a morte é preferivel cem mil vezes. E' tanta a força da razão que nos acompanha que até a propria sciencia espanhola reconhece ser a separação física de Portugal um facto evidente e inquestionavel. A subita direcção contraria, que sofrem os acidentes orográficos da vertente ocidental da Peninsula ao aproximar-se a nossa fronteira, é a prova plena de que Portugal, destacando-se por si do corpo iberico, não mais fez que obedecer ás leis geográficas e topográficas impostas á Peninsula pela Criação, — as taes leis invocadas com tanta solenidade por Fernandez de los Rios.

Elisée Reclus, afirmando que o reino de Portugal se originou por influencia fluvial e maritima, limitou-se a constatar a verificação da sabida *lei dos litoraes* no nascimento dos povos e das civilizações. A chave do problema reside, efectivamente, no poder da penetração oceânica que, enquanto se sente, ocasiona uma mesologia insular bem oposta á continentalidade cerrada do planalto castelhano. O antagonismo irreparavel dos dois países é aonde se entronca. As duas familias peninsulares são reciprocamente inconversiveis por via do duro regime continental em que o Ibero se conformou e da insularidade afabilissima que determina na vertente atlantica o tão diverso *ethos* lusitanista. A zona humida deu o ser á moldura especial em que a nação portuguêsa pelo correr dos tempos se veio a exprimir. A zona seca imprimiu fisionomia à Castela dominadora, que se assenhoreou das regiões sub-jacentes por virtude da posição quasi inexpugnavel que a natureza lhe concedera. Psicologias diferentes se constituiram em meios tão diferentes. As leis da Criação,convocadas a depôr pelos juizos faceis de Lafuente e Fernandez de los Rios, não se prestariam nunca a servir uma causa menos justa. São elas mesmas que se executam nas razões inatas que nos deixam coexistir, sem jamais nos misturarmos.

Detalhemos um pouco mais. A Peninsula Ibérica está situada aproximadamente entre os paralelos 36 e 43. O seu centro de gravidade é o planalto castelhano. «Antigo fundo lacustre, a planura castelhana, numa altitude de 600 metros acima do nivel do mar, é um verdadeiro eirado de solo nu, composto de areia e argila, enriçado de monticulos pedregosos ou espaçados em aridas planicies, — escreve José Augusto Coelho no livro *Evolução das sociedades ibericas*, rico de interesse e de subsidios para a nossa tése, desde que nos resguardemos do preconceito democrático que perturba a visão do autor. «Apenas fendido por escarpadas gargantas fluviaes, — continua ele —, costeiam-n'a os altos massiços montanhosos dos Pyreneus e Cantabrios, das serras de Lora e Demanda, de Cebolera, Moncayo e Morena, e, finalmente, as imponentes massas graniti-

cas da Extremadura: assim, o systema geographico das Castellas ergue-se realmente, no centro da Iberia, como se fora uma verdadeira fortaleza, — altiva, cintada de fortes muralhas, constante ameaça para as campinas e valles adjacentes, eternamente armada para as tremendas lutas da destruição e da morte.»

Deste modo, o planalto castelhano dota-se com uma continentalidade sua dentro da continentalidade peninsular. E' caracterisada essa continentalidade por uma zona seca, como já se disse, em que a temperatura se ressente dum equilibrio pouco constante. A influencia regularizadora do Oceano, facilitada pelas depressões periféricas da vertente ocidental, engendra, pelo contrario, a zona humida, ou insular, com que se individualiza a região galecio-asturo-lusitana. Não conseguindo transpôr e vencer a cidadela orográfica do centro da Iberia, as correntes aereas refluem para a orla atlantica e concedem-lhe uma natureza especial, visto conferirem-lhe uma temperatura equilibrada. Acha-se dado todo o motivo que afasta Portugal da Espanha, que torna a Galiza mais de Portugal que da Espanha e que nos deixa ver na Cantabria uma parenta bem proxima. E' o Oceano o principal elemento diferenciador, — a causa original que nos desintegra da Iberia central e nos congrega a nós, portuguêses, numa sensivel unidade geomorfológica. Mas a região murcio-valenciana? — perguntar-se-á. Mas o vale do Ebro? Mas a baixa região maritima da Catalunha? Formam, sem objecção, meios físicos particularistas, que nos ajudam a explicar a ferrenha indole foraleira do Aragão, gritando: «*Fueros! Fueros!*», e a chama sempre inquieta do irridentismo barcelonês. No entanto, nenhuma dessas hoje pequenas patrias provinciaes beneficiava da situação previlegiada de Portugal, que, alem de receber os bafejos da *Corrente do Golfo*, tirava assim os resultados duma magnifica posição entre o continente e o mar. O nosso caso é o caso da Holanda. A Holanda, país colocado igualmente entre o continente e o mar, resistiu e resistirá, por força de semelhante circunstancia, à desde sempre cubiçosa incorporação alemã.

A proposito da independencia geográfica da Holanda, observa Alfonso Esquiros que «os povos são os que as influencias exteriores os fazem ser, o que deles fazem a agua, o ceu e a terra. O valor destas causas aumenta mais, quando a nação se encontra colocada em condições unicas de posição entre o continente e o mar. A geografia desse povo é então o prefacio dos seus costumes, das suas instituições e do seu genio». Ora eram estes os predicados que concorriam a favor de Portugal. A Catalunha caíu, porque, assentando no mar a sua autonomia económica, o desvio sofrido na navegação comercial do Mediterraneo para o Atlantico lhe atirou um golpe fatal. A morte de Catalunha é a morte de Veneza. Quando a maior crise

para a nossa nacionalidade surgia na realização da unidade castelhana, salva-nos aquele desvio, precisamente. A descoberta do caminho maritimo para a India garante-nos pelo dominio dos mares o ponto de apoio que nos ha-de defender contra as fortes probabilidades unitaristas do reino vizinho. A constituição do nosso imperio ultramarino revestiu-nos bem cedo de prestigio militar e moral para que houvessemos de fracassar na primeira investida. A colonização da América espanhola distrái, por outro lado, as vistas de Castela. E quando Alexandre VI divide pelas duas nações o mundo a descobrir, sômos uma patria em frente de outra patria no conceito universal das gentes.

Ainda outras razões de diferenciação nos ajudavam a subsistir intactos. Insulado entre montes duros, o Aragão veio á posse de Castela por virtude dum casamento. Viria de qualquer modo, se não viesse desse. Faltava-lhe o mar para lhe fortalecer o dissidentismo regional. Rios não os tinha, de modo a imprimirem-lhe uma feição muito propria, muito sua. Porque, alêm de influencia oceânica, nós temos que contar infinitamente com os nossos rios. Elisée Reclus não se esqueceu de acentuar o papel que os rios representaram junto de nós. «*Le royaume s'est formé successivement d'une vallée fluviale à l'autre vallée fluviale, du Douro au Minho et au Tage, du Tage au Guadiana,* «d'échelon en échelon», *suivant l'expréssion du «géographe Kohl, puis après avoir été momentanément détruit, c'est de la même manière qu'il s'est reconstitué*», — repito eu com o ilustre sabio. E' do Minho ao Tejo que o primeiro impulso libertador irradia, na verdade. A elaboração da nacionalidade efectuara-se entre as populações d'alêm Douro e um pouco de riba-Mondego. Quando o condado portucalense ganha vida juridica e administrativa, as galopadas christãs atingem o Tejo. Consuma-se em seguida a reconquista da mesopotamia transtagana. Está em poder da Cruz a concha hidrográfica do Tejo, Sado e Guadiana. O Algarve, debruçado já para as ondas, é a última palavra dos fundadores de Portugal. A traços breves vê-se, com efeito, que o País se teceu gradualmente «*d'une vallée fluviale à l autre vallée fluviale, «d'échelon en échelon*» Do mesmo modo que estes factores contribuiram para a nossa formação, do mesmo modo eles contribuiriam mais hoje, mais ámanhã, para o nosso resgate, se numa hora aziaga a tutela do leão espanhol nos caísse em cima, como uma manápula de ferro.

Não dispunha o Aragão dum tão precioso concurso de elementos para perdurar autónomo. Perdida a base da sua influencia económica, tambem a Catalunha se não reconstituiria por si só, pois nem o Mediterraneo possue as qualidades diferenciadoras do Atlantico, nem um regime abundante de rios facilitava ao interior do Principado as influencias recolhidas do mar. O Mediterraneo é

um mar familiar,— é o *mare nostrum* da bôa tradição latina. Como um lago quiéto, nunca comunicaria a uma existencia politica subalterna os dotes necessarios para se emancipar. Eis o motivo porque nem o vale do Ebro nem a região murcio-valenciana propriamente dita se podiam transformar em nucleos de actividade separatista. Não vimos como o planalto castelhano cai quasi a prumo sobre o lado oriental da Peninsula? Outro impedimento poderoso que o mar por si não venceria. E depois a uniformidade climatérica? E a distribuição das chuvas? E os ventos? E os caprichos da orografia? Tal é o fatalismo que, impossibilitando a mais leve tentativa de desmembração da parte oriental da Peninsula, não consentiu ao mesmo tempo que a bacia de Guadalquivir tomasse o rumo que tomou Portugal. Do alto do seu plató, a sombra de Castela projectava-se até lá, como uma suzerania belicosa por sobre os vastos dominios senhoriais.

Compreende-se agora, duma banda, a reviviscencia regionalista daqueles provincias espanholas, e, por outro aspecto, os fundamentos do unitarismo absorvente que as sujeitou. Já não sucedeu outro tanto com a facha asturo-galecio-lusitana. «A zona asturiano-galecio-portuguêsa, escreve José Augusto Coelho, foi outr'ora nitidamente separada da alta planura central das Castelas pela série de massiços que, começando na região vasco-navarra, tomando a Norte o nome de Montes Cantabrios, recurvando-se para o sul ao tocar na provincia da Galliza, se alonga até á Serra da Gata e, ainda para lá e pela Serra de Ossa, até ao extremo sul da região algarvia; ora, esta longa muralha que, pelo lado do Atlantico, servia de dique, em tempos remotissimos, aos dois grandes lagos cujas aguas, dilatando-se na planura das Castellas, se escoavam para o Atlantico pelos leitos do Tejo e Douro, rompeu-se em muitos pontos desde o Gerez até á Serra da Gata e mesmo para o Sul, transformando-se, assim, numa extensa barreira composta de cadeias separadas ou de pequenas elevações independentes; mas nem por isso deixa ainda hoje de ser uma região de limites bem nitidos e bem definidos.» Por sua vez, Elisée Réclus assevera que «*les montagnes de la Lu-* «*sitanie se rattachent au système orographique de la Péninsule,* «*mais non pour former de simples contreforts s'abaissant graduel-* «*lemenle vers la mer*; *elles se redressent en massifs distincts, á* «*formes originales, á contours imprévus. L'individualité du Portu-* «*gal,* conclue Reclus, *se manifeste dans son relief comme dans l'histoire de ses populations.*» E', pois, a diversidade das duas zonas peninsulares sublinhada pela propria fisionimia do solo. «Comparando, entre si, estas duas grandes regiões da Iberia, — o plató das Castelas e a parte galecio-portuguêsa da depressão cantabrico-atlantica, o leitor terá de concluir conosco que se nos apresentam, pelo lado dos limites, situação e configuração, fortemente

contrastadas: o plató castelhano, todo altitude elevada, todo central, todo ladeado de serranias e contrafortes, todo armado para o ataque ou para a defesa, todo elle continentalidade, isolamento e incommunicabilidade; a zona gallecio-portugueza, toda depressão maritima, toda peripherica, toda aberta ao mar, notavelmente desarmada perante os ataques derivados da fortaleza central, toda insularidade, exteriorização, communicabilidade.»

Está já mais que estabelecido, pelo exposto, o divorcio eterno que as leis da Criação nos ordenaram. Ajuda-nos a confirma-lo a distribuição das chuvas, cuja média na zona sêca vai de 0,206 a 0,578, sendo as precipitações pluviais escassas e as evaporações intensíssimas. Pelo contrario, na zona humida, as evaporações diminuem e abundam mais as chuvas, cuja média cresce aqui de 0,578 para cima de 1 metro. «Por isso, quando as comparamos entre si, mais uma vez nos apparecem fortemente contrastadas: a zona secca, pronunciadamente continental e um pouco desequilibrada nas intensidades calorificas, é inundada de uma luz mais pura, banhada d'um ar mais secco, e, privada do liquido irrigador, estiola-se muitas vezes numa aridez esterilisadora; a humida, accentuadamente insular, muito mais equilibrada, está ordinariamente mergulhada n'um banho de humidade, nella a luz é mais velada, o solo mais abundantemente irrigado, menos a evaporação e, por isso, mais exuberante a vegetação». Não olvidemos que já Reclus faz coincidir com a fronteira dos dois países o limite natural «*des grands pluies que les vents d'ouest apportent sur les collines et les monts du Portugal*».

E o nosso Alentejo? Não pertencerá o Alentejo á zona sêca que esmaga como um signo terrífico toda a actividade espanhola? Apesar de arrumadinho á Andaluzia na sua parte mais descoberta e com certas linhas físicas quasi comuns, o Alenteja desloca-se já da atracção desse enorme centro de gravidade que é o massiço castelhano, passando por outras variações climáticas, graças á penetração oceânica que o abrange sensivelmente e o subtrai ao açoite directo dos ventos de Africa. Se eles lá lhe chegam, veem-lhe através da Espanha com o *suão* violentissimo. Rememora-o bem o velho ditado: — «*De Espanha nem bom vento, nem bom casamento!*» Quando o Alentejo não contasse outros pergaminhos a justificarem a legitimidade do seu separatismo, bastaria essa antiga sentença, saída de bem provada experiencia ancestral. Não resume ela toda a aprendizagem dum contacto secular de povos em regiões limítrofes que, por muito se conhecerem, muito se distanciam? Nas planicies do Alentejo é que as mais rijas demonstrações da nossa vitalidade tiveram logar. Nunca a pretensão unificadôra topou resposta como a que lhe deram em 1384, e, durante mais de um quartel do seculo XVII, os concelhos arrojados da bôa terra transtagana. Mas eu, meus Senhores, reputo escusada a pá de Al-

jubarrota, mais os caldeirões de Alcobaça, para alegarmos com vigor o vigor do nosso direito. O chauvinismo é um declive perigoso. Aumenta e diminue, conforme lhe apraz. E eu não sei de mal maior que as ilusões de certo patriotismo, — *patriotice*, diria o Eça, — que fala no cajado de Viriato e nos dentes duros do alferes-mór da bandeira em Toro!

Milita ainda em favor do Alentejo a circunstancia historica de não suceder ali o que sucede com a fronteira hispano-francêsa. Na fronteira hispano-francêsa, — é um geografo castelhano quem no-lo informa numa publicação oficial — , um lavrador, sem levantar o arado e sem saír da mesma propriedade, pode lavrar em duas nações distintas. Embora o regime da propriedade no Alentejo seja o regime latifundiario, é esse um facto que não acontece nunca. A propriedade corresponde em toda a latitude aos limites politicos e naturaes do país. Não é indiferente uma circunstancia destas em face do depoimento produzido, pois, remontando a organização dos latifundios alentejanos á epoca afonsina da Reconquista, entrevê-se bem como são quasi milenarias, pelo menos, as lindes que dividem a nossa provincia das provincias espanholas limítrofes. Eu recordarei que quem segue a linha ferrea do Léste não é sem diferença na vegetação e no *facies* do sólo que atravessa a fronteira. Para traz fica-lhe a colina sagrada de Elvas, entoando um hino heroico na pinha gloriosa das suas ameias e das suas torres. Rodeia-a um colar de morros airosos, cheios de olivedo denso, cujo azeite já aos classicos latinos de Quinhentos merecera elogios de nobreza. Ha verdura, ha manchas de agua na sede imensa da campina. Pois transpõe-se o Caia com uns pobres choupos exilados marcando-lhe o rumo. O terreno, que se viera abaixando, achata-se de subito. Toma-o uma desolação de pavor. Parece que assomou ali um vento bíblico de flagelo. Nem uma azinheira estorcendo a figura anã em atitudes dolorosas de enigma! Tudo queimado, tudo ardendo, como uma praga! Até as margens do Guadiana são despidas de arvoredo. O rio deslisa numa preguiça suja. Só ao fundo, sobre um recorte de serranias dubias, faíscam em sinal de vida as rosaceas incendiadas das igrejas de Badajoz. E' uma visão da infancia que eu aprendi de cór e que me ensinou o coração a ser português, quando nem a consciencia nem os livros m'o haviam ensinado ainda. Se aí ha alguem, meus Senhores, que nascesse como eu naquela prega de «Antre Tejo-e-Guadiana», dar-me-á razão no que evoco e não precisa de mais nada para se retirar convencido.

Mas, devolvendo-me ao fio da minha exposição, eu peço para assentarmos na insularidade lusitana e na continentalidade castelhana como condição basilar do antagonismo dos dois povos. Oiçamos de novo José Augusto Coelho: — «Assim, a aragem constante que sopra d'um

grande mar, tendendo a equilibrar mais ou menos as temperaturas, dá a toda a extensão da zona atlantica que comprehende a região asturiana, a Galiza e Portugal, um tom de equilibrio e, portanto, de insularidade, que são incontestaveis; obstaculos oppostos ao accesso das correntes que derivam do Atlantico dão, pelo contrario, a toda a vasta zona castelhano-murcio-andaluza-aragoneza um fundo de continentalidade, de desequilibrio nas temperaturas, de excessos de calor ou frio que fazem d'esta parte da Iberia um centro mesólogico essencialmente apto para o desenvolvimento das grandes energias explosivas, ao mesmo tempo intensas e irregulares, de momentaneos e extraordinarios arrojos e de promptos exgotamentos.» «Mas, acima de tudo, a humidade e a secura é que melhor ainda caracterizam estas duas zonas da Iberia. A zona asturiano-galecio-portuguêsa está, em geral, constantemente mergulhada num banho de humidade e, porque é abundantemente irrigada, são caudalosos os seus rios e é luxuriante a sua vegetação; a outra zona, mais isolada do vasto Atlantico, é acentuadamente sêca; são pobres os seus cursos d'agua e considerando as cousas em globo, mais enfezada é a sua vida vegetal.»

«Assim, se olharmos a Peninsula duma maneira geral pelo lado da distribuição das temperaturas e dos fluidos, ella apparece-nos dividida nas duas zonas acima indicadas; e isto como já anteriormente nos apparecera quando a consideramos pelo lado dos limites, situação e configuração. As duas regiões — a *secca* e a *humida* — são, pois, duas zonas ibericas bem definidas por contrastes nitidos e irreductiveis.» Versiculo novo da criação do Mundo: — fez o Sol á Espanha, fez o Mar a Portugal. E Deus nosso Senhor que promoveu a diversidade do meio, promoveu com isso a diversidade do habitante. De facto, o caracter castelhano, imperialista, duro, truculento, com solenidades que impõem e exageros que chegam á loucura, é bem a psicologia do planalto, sua mansão natal, com rochas a prumo e asperezas bélicas no aspecto contraído. A indole benigna do homem da vertente atlantica, emotivo e criador, entregando-se tanto ás vibrações arrebatadoras da Esperança, como aos soluços líricos da Saudade, outra coisa não é senão a riba maritima a transmitir-lhe ao feitio toda a doçura dum clima estavel. O modo por que Castela consegue suplantar a obsoleta monarquia leonêsa e atraír ao seu suzeranato as baixas circunvizinhas, é ainda o regime orográfico, expresso no massiço central da Iberia, quem no-lo explica suficientemente. Bem diversas se nos afiguram as veigas do Guadalquivir com agua bastante e verdura farta, gozando já duma certa humidade. Mas se nos lembrarmos de que semelhante humidade é a humidade da região marroquina e que, ao vir o estio, tudo desaparece, — agua e verdura, fica provada a natureza continental duma facha geográfica que parece á primeira

vista destruir a nossa tése pelas afinidades que nos sugere com a região oceânica da Peninsula. Enclausurada no seu planalto, como numa casa-forte, Castela tira da posição aguerrida que a natureza lhe deu o segredo profundo do seu genio nacional. Apanhando quasi o quadrilatero da zona galecio-lusitana, Portugal é determinado na sua psicologia pelos varios condicionalismos físicos que desde o intimo das idades o predestinaram para patria livre. Senão, vejamos.

Ferozmente exclusivista, vivendo da expansão guerreira por virtude do planalto que povôa, o Castelhano cinge-se em ferrenhas organizações aristocráticas, desenvolve um incompadecido espirito de casta, vai á hipertrofia da personalidade, é a exaltação, é a enfase, é o individualismo na sua excessiva forma egotética. Se tem um ideal colectivo, esse ideal é o ideal épico, marcado á perfeição nos poemas do ciclo do Cid. Cria a pintura e é grande no misticismo pela mesma projeção da personalidade de que derivam as visões dementadas do bom cavaleiro manchego. E' a propensão inata da familia ibérica que nunca se soldou ao solo, que foi sempre uma enorme banda conquistadora, mantendo-se em hegemonia por uma fechada constituição feudal. Castela assimila as sobrevivencias góticas que sobrenadaram por entre as oscilações da ocupação sarracena. E nem se compreende que a Epopeia significasse a qualidade madre do seu temperamento, se o castelhano não viésse, como vinha, duma familia errante de invasores, nutrindo-se pelo desfruto sôfrego da terra á custa dos elementos produtivos, que seriam no nosso caso as raras massas autóctones. Atalaiada no planalto central da Iberia, que lhe é como um ninho de aguia, Castela tributa e saqueia as extensões que abrange. Nas altas e baixas da sua energia frenética, é sempre altiva e fidalga, desperdiçada e violenta, intolerante, mas grave. Já Kant notava que o castelhano até dançando o fandango era magestoso. «*Yo soy castillano!* — eis uma frase que resume no seu entono um tratado inteiro de psicologia.

E' que Castela revive o fundo celtibérico da população peninsular, acrescido pela contribuição das aluviões barbaras posteriores. O famoso homem loiro de Chamberlain, Woltmann e Lapouge, passado á Espanha em épocas sucessivas e em sucessivos exodos, remanesce em Castela no seu gosto irreprimido de comando. A noção germânica do Poder, definida pela idéa da posse como um apanagio territorial, Castela a incarna, Castela a vulgariza. Não carecemos de mais prova que a historia da sua colonização. E' o exterminio do indigena e é o consumo, até ao esgotamento, das riquezas naturaes do solo. Ainda por aqui nos distinguimos, e fundamentalmente. Compare-se o Brasil, como obra do nosso genio, ás vizinhas republicas latinas da America. A estabilidade do Brasil repousa na unidade de raça e de sentimentos, de que é tão senhora a gente

da zona galecio-lusitana. A vida acidentada e contraditoria das outras nacionalidades neo-ibéricas, é o mais convencedor sinal da divergencia étnica e psíquica que impossibilita hoje ainda a Espanha duma verdadeira comunhão nacional. Não existe, realmente, em Espanha o que se chama o tácito consenso duma patria. Ha os varios particularismos provinciaes, ha lá profundas diferenças de tipo e de aspirações. «Na Espanha não existe um tipo senão em conjunto, — dizia Moret no Ateneu de Madrid, discursando sobre o Cinco de Outubro. Aqui ha Vascos, Castelhanos, Catalães, Levantinos, etc. O que não ha, é verdadeiramente um tipo espanhol.»

Transportadas para um sistema colonial, ainda mais heterogeneo, de taes diversidades, agravadas agora pela mistura com elementos inferiores, resultou o conflito constante em que as democracias espanholas do Novo-Mundo se debatem e afundam. Falta-lhes o agente de forte contenção centralizadora que evitou na Peninsula o descalabro do Estado pela preponderancia activa de Castela contra as tendencias dispersivas das demais partes do agregado politico.

Esse esforço exasperado de Castela individualiza-se na epopeia do Cid e é a grande qualidade historica da alma ibérica. E' ele que, ao adoçar-se em simples cavalheirismo, gera a comedia heroica, — a comedia de *capa-e-espada;* e, pelos claros-escuros dum espirito exarcebado em hipertrofias de visão, se traduz na admiravel escola de pintura, — das maiores do mundo, com que a Espanha gloriosa de Ribera e Zurbaran justamente se enaltece. E' este tambem o motivo principal da sua literatura mistica, uma das primeiras e das mais ricas.

Interessante é opôr na presente altura, minhas Senhoras e meus Senhores, á idiosincracia do genio castelhano um depoimento insuspeito ácerca da indole mais afectiva do português. E' de Elisée Reclus, tão ignorado como nosso amigo, o passo que transcrevo. Ele aí vai: — «*Les voyageurs se louent beaucoup des bonnes façons, de l'obligeance, de la bonté naturelle des campagnards du Portugal, non encore gâtés par les habitudes du commerce : quoique, ayant à l'étranger une réputation de barbarie, due sans doute au souvenir de leurs crimes de conquête dans l'Inde et le nouveau Monde, la plupart des Portugais ont une tendresse compatissante pour ceux qui souffrent. Ils aiment le jeu, mais ils ne se disputent point; ils ont la passion des courses de taureaux, mais ils ont soin de garnir de liége les pointes des cornes, et l'animal est épargné pour de nouveaux simulacres de luttes. Bien differents à cet égard de leurs voisins les Espagnols, ils traitent bien les animaux domestiques et se distinguent même par un talent spéciale pour apprivoisier les bêtes sauvages: sur les bords du Guadiana,*

ils élevent la fouine, dont ils se servent comme d'un chat contre les rats et les serpents. Dans leurs rapports mutuels. les Portugais sont doux, prèvenants, polis: dire d'un Lusitanien qu'il est «mal elevé» est offenser de la manière la plus sensible. On s'étonne aussi de l'élégance, seulement trop cérémonieuse, de leurs discours. Se distinguant á leur avantage des Galliciens, qui parlent un patois difficile á comprendre, les paysans portugais ont en général une grande pureté de langage; ils s'expriment avec une facilité et un choix de paroles des plus remarquables chez un peuple si pauvre en instruction. On n'entend aucun jurement, aucune expréssion indécente, sortir de leur bouche! Quoique grands parleurs, bavards même, ils s'observent avec soin dans leur conversation.»

Muito favorecidos pelo que respeita ao cuidado da linguagem, embora não praguejemos como o castelhano clássico, duas coisas ha que destacar: — a acusação de criminosos na nossa aventura ultramarina e o reconhecimento das nossas virtudes de afectividade e do bom arranjo social. A nossa acção no Ultramar é uma bela pagina de proselitismo civilisador. Até uma das razões de queda do nosso imperio colonial é o termos sido mais missionarios que negociantes. Declara-o, por exemplo, o historiador inglês Stephens. Não encararei aqui a obra dos jesuitas portuguêses na India e na America. Quero unicamente levantar um juizo menos exacto. E quanto á afectividade da Raça, está nelà, incontestavelmente, um dos traços que mais nos distanciam do espanhol.

Reclus alude ás touradas, á domesticação dos animaes bravios, ao respeito do português por si proprio. Fundamentalmente, tudo o que o ilustre publicista menciona é filho da nossa impenitente natureza lírica. Toca-se com o lirismo do português o ponto psicológico que mais autonomia confere á Raça. E' o problema das origens que nos surge de envolta com o problema do Romanceiro. O Romanceiro pressupõe a comoção anímica que, partindo da preferencia dada aos aspectos emocionaes, importa um fundo psíquico que não é o do Castelhano, em bôa verdade. Cotejemos dois fragmentos, arrancados ás *Lições de Philologia Portuguesa*, de Leite de Vasconcellos:

«Ferid los caualleros, por amor de caridad!
«Yo so Rui Diaz, el Cid Campeador de Biuar!
«Todos fieren enel az do está Pero Vermuez.
«Trezientas lanças son, todas tienen pendones;
«Seños Moros matáron, todos de seños colpes;
«Ala tornada que fazen otros tantos son.
«Veriedes tantas lanças premer & alçar,
«Tanta adagara foradar & passar,
«Tanta loriga falssa desmanchar,

«Tantos pendones blancos salir vermeios em sangre,
«Tantos buenos cavallos sin sus duenos andar.
«Los Moros laman Mafomat, & los Christianos Santi Yagu (e)
«Cayen en un poco de logar Moros muertos mil (ccc ya)...

Eis como num retalho dos poemas do Cid se vinca a linha primacial da Castela arrogante do planalto com o seu gosto incontido da aventura militar.

«Quando vos vi, fremosa mia senhor,
«logo vos soube tan gran ben querer,
«que non cuidei que ouvesse poder,
«per nulha ren, de vus querer melhor;
«e ora já direi-vus que mi aven:
«cada dia vus quero mayor ben!»

E' como, contrariamente, na facha atlantica se manifesta o genio lusitano. São as queixas profundas do amor, é a *gran coyta do coraçon.* Como o meio abrupto do plató central da Iberia levaria a um isolamento erriçado de casta, a depressão maritima da vertente ocidental causava por força das circunstancias uma comunicabilidade constante entre os povos que nela moravam. A predisposição para a convivencia e para o cultivo dos sentimentos delicados da alma é filha no Lusitano do seu equilibrado clima insular. Por igual razão a agricultura floresceria cedo entre os nossos remotos antepassados. A pratica da agricultura, aferrando-os ao solo, imprimiu-lhes preferencias sedentarias e elevou-os á compreensão poética da Natureza através dos ritos agrarios e da adoração internecida dos Logares.

Como derivante do sedentarismo e sendo a forma espiritual do instinto que prendia ao solo, — a religião dos Mortos concede ao homem primevo da região galaico-lusitana um sentido especial de existencia em que vivos e defuntos se solidarizam nos laços afectivos duma mesma comunhão. E' o *ethos* comunitario do Português, que o Municipio concretiza admiravelmente como celula primária da Patria. Dêsse bucolismo ingénito veio a nossa poesia do amor, tão ungida da compreensão das coisas simples. O nosso ascendente sente-se um todo uno com as realidades diarias que o ambiente lhe familiariza e de que ele não é mais que uma parte integrante. Mostra-o a riqueza incalculavel do nosso folclore, no qual reside, sem duvida, um dos maiores titulos da nossa independencia. Acreditou-se por muitos anos que era aos Arias, — a esses aposentados povos iniciadores, que nós deviamos os tesoiros poéticos dispersos na tradição oral. Assim se imaginava e o imagina ainda a sciencia oficial, que é, como toda a gente sabe,

do tempo em que apareceram as diligencias. Porêm, em face das conclusões rigorosas da arqueologia, admite-se hoje pelos trabalhos memoraveis de Martins Sarmento que a *Argonautica* não é mais que a reproducção aliteratada dum périplo fenicio, desenvolvido sobre as aguas do Oceano-Atlantico. Identico *substractum* se descobre para os poemas de Homero, reputados como uma adaptação ao Mediterraneo levantino dalgumas esmaecidas lendas maritimas, comemorativas das navegações fabulosas dos povos do Ocidente. O fundo real desse ciclo poetico parece alcançar o alto periodo bronzifero, de que a civilisação egenética é a consagração maxima, tanto mais que a arte nautica no oeste-europeu é mais antiga que as decantadas expedições navaes da Fenícia. Como sem o estanho se não podia fabricar o bronze e o Levante não possuia aquele metal, é deste ponto oculto da terra, — da misteriosa Tharsis da passagem célebre de Ezequias, que irradiam as grandes correntes civilizadoras, olhadas e ensinadas pelo gorduroso pedantismo universitario como advindas vagorosamente dos planaltos reconditos da Asia.

A navegação no Ocidente sobe á idade da pedra. *A*'s Cassitérides (as ilhas Sorlingas, ou a peninsula de Cornwall, segundo uns, a Peninsula Iberica, segundo outros) se ia buscar o estanho, que os traficantes traziam para Tartessus, no sul da Iberia, acompanhando a costa amoravel de Portugal, então a *Ophiusœ frons* do texto enigmático de Rufus Festus Avienus na *Ora maritima*. Das travessias perigosas, com naufragios frequentes e acontecimentos de tragedia, se entreteceriam fábulas e narrativas ritmadas, mais tarde sujeitas a uma lição uniforme pela clara inteligencia helénica. Não é outra a genealogia da *Odyssea;* e, para o testemunhar, são suficientes os subsidios que o Romanceiro nos fornece. Na *Nau-Catrineta* temos os errores de Ulysses, temos na *Bela-Infanta* o regresso do heroi e a fidelidade experimentada de Penèlope. Tanto é como eu o cuido, que em Trás-os-Montes a *Bela-Infanta* é cantada ainda como a continuação da *Nau-Catrineta.* Num livro que acabo de publicar, O *Valor da Raça* (consintam Vossas Excelencias que eu me reclamize!) o problema é estudado com a largueza que estes limites me não consentem. Aponto eu nele, conforme a interpretação de Teófilo Braga, a sobrevivencia de diversos quadros fundamentaes da criação homérica em muitas das xacaras que embalaram a nossa meninice. O rimance da *Donzela na fonte* lembra o episodio de Nausica. No tipo popular da *Gayarda* transmontana nós vemos a perversidade de Circe. E no *D. Marcos* do meu Alentejo subsiste a dedicação do leal Eumeu.

A capacidade idealista do homem da vertente atlantica da Peninsula filia-se, pois, no fundo primitivo das populações oeste-europeias. No druidismo abrange-se a divinização dos segredos e

forças da Natureza, tão propria da alma ocidental. A beleza dos temas líricos que as festas do S. João e do Natal, das *Janeiras* e do *Maio-Moço*, ainda nos evocam, não são, como se julga, uma transmissão das Arias iniciadores. Geraram-se com as necessidades emocionaes do pequeno dolicoide, que, espalhado ao longo das ribeiras do Oceano, com o ser, como já se disse, um sobrevivo do cataclismo que enguliu a Atlântida, constitue o tipo fundamental da população portuguêsa. Nesse larguissimo quadro étnico se compreendia o trato geográfico que é hoje a zona asturo-galaico-lusitana. O eminente Menendez Pidal acentúa bem o parentesco destas tres regiões pelos depoimentos que recolheu da musa popular asturiana. O Romanceiro manifesta-se assim como um sinal de afinidade rácica. Silius Italicus já aludia na *Punica* ás canções que os galegos entoavam marchando para a guerra. Em versos duros como calhaus, eis como interpreta Filinto Elysio a passagem de Silius Italicus:

«Ricca manda Gallecia a Juventude
«Sagaz em fibras, vôos e chammas sacras,
«E que ora em patria lingua canções barbaras
«Uyva, ora açouta o chão com pés alternos,
«E folga c'os escudos resonantes
«Psalmear a compasso...»

São as *tripudiis hispanorum*, as *carmina barbara* dos escritores latinos. Apiano, descrevendo os funeraes de Viriato, fala dos canticos guerreiros que o celebraram. «Cavaleiros e infantes, — narra ele —, corriam, em diferentes direcções, á roda da pira, proclamando os feitos do desventurado caudilho, segundo era costume entre os hispanos.» E' o *bradar sobre finados* do alvará de D. João I, que persistiu até ás preocupações romanistas da época em sinal da poesia ingénita do Português. A inclinação melancólica do Lusitano revela-se de pronto nas toadas inspiradas pelo motivo universal da Morte. E', afinal, o nosso lirismo de sempre, que, na psicologia clarissima de Grey, imprime o mais forte vinculo de individualidade. Será, porventura, alguma coisa que se aproxime das idealisações supremas da poesia castelhana?

Castela não conhece a linguagem branda do coração. Vibra e desfaz-se toda nas alucinações sangrentas da Epopeia. A Epopeia importa consigo uma origem guerreira, apenas verificavel numa raça ocupadora. Já não acontece o mesmo com o lirismo galaico-lusitano. Filho da terra, balbuciando queixas ingenuas, em que o fio corrente da emoção é esmaltado de delicadas comparações naturalistas, só uma comunidade que pratica a agricultura, e ama o «*verde pino*», e sabe o regresso das Estações, é que o poderia sen-

tir e erguer-se a tamanhos vôos de sensibilidade. Essa comunidade tinha de ser forçosamente autóctone. Se o não fôra, o seu temperamento, em vez de agrario e contemplativo, havia de ser forçosamente truculento e enfático. Levava-se, não para as endeixas e pastorelas dos nossos Cancioneiros, mas para as declamações grandíloquas do verso heroico. De modo que, — resumindo —, Castela é a Epopeia, Portugal, o Poema de Amor. Não olvidemos agora que a depressão atlantica da Peninsula é naturalmente inclinada para a sociabilidade, enquanto o planalto central da Iberia se fecha com o seu habitante no mais aspero dos exclusivismos. Vê-se como o meio fisico promove, com efeito, o determinismo psicológico.

III

A' dualidade de psicologia corresponde o antagonismo de raça. Eu assinalei já o nosso lirismo ingénito como um indicio de autoctonia e as simpatias épicas de Castela como uma prova de alienigenato. O Lusitano, como fundamento da nacionalidade portuguêsa, é, ao que parece, indigena da Peninsula. Não acontece o mesmo com o tipo estrutural do castelhano. O Lusitano identifica-se mais ou menos com o grupo de Beaumes-Chaudes e pertence ao velho fundo pelágico, etiquetado de *Mediterranensis* ou *Meridionalis*. E' o *H.-Japeticus* de Bary ou a chamada raça *ibero-insular* da classificação de Deniker. Considerando esse velho fundo étnico como sobrevivo da Atlântida submersa, ou pelo menos inspirado pela extraordinaria cultura desaparecida com o legendario continente, eu qualifico o seu representante mais caracteristico de *H.-Atlanticus* contra a designação de *H.-Mediterranensis*, imposta por Broca. Abunda nos *long-barrows* da Grã-Bretanha e as suas diferenciaes antropológicas são as do dolicoide meão. Tem a cabeça longa, a estatura baixa, os cabelos são escuros e a côr morena. Tal é o homem de Mugem tido por nosso auctótone. O seu porte sofreu um acrèscimo sensivel em virtude de cruzamentos posteriores com individuos da familia dita de Grimaldi. Da aliança do tipo de Beaumes-Chaudes com o tipo de Grimaldi resultou o padrão fundamental da gente portuguêsa «Quando olhamos para o mappa das raças europeias de Ripley ou de Deniker, esta população ibero-insular salienta-se, no seu recanto da peninsula, á beira do Atlantico, como a mais dolychocephala e homogenea da Europa nos seus caracteres somaticos» — escreve Fonseca Cardoso. E' em semelhante homogeneidade que eu assento o sentido intimo da nossa historia e uma das razões mais directas da autonomia de Portugal.

«De tudo o que até aqui temos exposto se vê que, existindo em todos os distritos do paiz casos puros de brachycephalia e de dolychocephalia, não deixa por isso de ser a população portuguêsa das mais, senão a mais, regularmente fundida da Europa, — observa Sant'Ana Marques nos *Materiaes de Anthropologia Nacional.* E se d'aqui quizermos tirar prova do direito que ao nosso povo assiste de independentemente se manter, como desde seculos o tem feito com sorte varia, e se adoptarmos o criterio de que essa fusão representa o verdadeiro cimento da unidade nacional, não ha duvida de que se devem manter as fronteiras luso-hispanicas.» «Não o mesmo para a visinha Hespanha, continúa Sant'Ana Marques —, onde encontramos focos primitivos (dois pelo menos), um nas costas do Levante e outro nas do Cantabrico, que podiam ter aspirações regionaes com algum fundamento anthropologico.» Registemos o facto. Enquanto Portugal se assinala antropologicamente como um país de população homogenea, nós vemos destacarem-se do cunho geral da população espanhola dois núcleos divergentes que, segundo Sant'Ana Marques, justificariam muito bem todas as tendencias de diferenciação regionalista que porventura possam manifestar. Trata-se da mancha dolicocéfala da facha mediterrânica com expressão mais forte em Alicante, e da braquicephalia acentuada dalgumas provincias do norte e noroeste, com Oviedo por índice maximo. Oiçamos a tal respeito o catedrático D. Frederico Olóriz no seu notavel estudo, — *Distribuicion geográfica del indice cefálico en España.*

«*Comparando las columnas del cuadro IX con la cuarta del cuadro VIII,* diz o ilustre sabio, *se observa que en todas las provincias, excepto Santander, Lugo y Oviedo, el grupo* de *mesaticéfalos domina sobre el de braquicefalos,* y *que en todas, sin excepcion, domina tambien,* y *en partes proporcionales, sobre el de dolicocéfalos. Resulta, pues,* prosegue D. Frederico Olóriz, *que, observando ahora la composicion de las series, como antes al examinar sus indices medios, aparece la poblacion mesaticéfala dominando en el conjunto de España* y *en casi todas sus provincias...»* Olóriz ressalva em seguida a zona de Alicante e confirma depois, num balanço final, os resultados do seu inquerito. Assim, acrescenta que «*el agrupamiento de los indices individuales de todos los españoles observados demuestra que la proporcion de los dolicocéfalos de menos de 70* y *de los braquicéfalos de más de 90 unidades és depreciable, pues no alcanza ni a medio por 100; en tanto que és de 60 por 100 el numero de los mesaticéfalos, es decir, que las tres quintas partes de los españoles presentam el indice cefálico entre 75* y *80 exclusivé: los dos quintos restantes se distribuyen entre los subdolicocéfalos* y *los subbraquicéfalos con mucha desigualdad...»*

Estabelecida, dum lado, a maior dolicocefalia do português, e posta em relevo, do outro, a fórma mesaticéfala do espanhol, não caímos em falsidade se fixarmos, portanto, com Fonseca Cardoso e Sant'Ana Marques, nesta caracteristica antropológica, uma das principais caracteristicas que fisicamente distinguem os dois povos. E' certo que Sant'Ana Marques, possuído da lição de Olóriz, para o qual, como bom iberista, não ha fronteiras naturais entre as duas nacionalidades, — é certo que Sant'Ana Marques, ao estudar a distribuição do nosso índice cefálico ao longo da raia, pretende sustentar que a diferença existente entre as suas observações fronteiriças e as observações identicas de D. Frederico Olóriz não acusa mais diversidade que a verificada dentro da propria Espanha nas variantes recolhidas de região para região. No entanto, Sant'Ana Marques lá foi reconhecendo e aceitando que a nossa autonomia dispõe de razoaveis alicerces étnicos. Não se perde em taes hesitações o malogrado Fonseca Cardoso. Terminantemente afirma que «em tôrno dos seus limites fronteiriços vêem-se os indices mesaticephalos a fazer destacar o núcleo da dolychocephalia portuguêsa».

E' um problema grave este das nossas origens e principalmente no que respeita ás nossas afinidades com o castelhano visinho. Efectivamente, os caracteres antropométricos é que nos podem fornecer alguns dados essenciaes para o esclarecimento da questão, ainda antes dela se colocar no campo histórico e arqueológico propriamente dito. Fonseca Cardoso é dos melheres mestres para se seguir. Escutêmo-lo:

«O indice cephalico médio dos portugueses é de 76.4 — no craneo 74.5 (Ferraz de Macedo e Silva Bastos). Comparando-o com os da população europeia, é o mais dolychocephalo. O espanhol é de 78.2 (Olóriz) mesaticephalo; o italiano e francês brachycephalos, respectivamente 82.7 (Livi) e 83.6 (Collignon).

«Patenteando uma grande homogeneidade na nossa população, os indices médios pelos 17 districtos, variam apenas de 78.7 a 75.2. Os seus agrupamentos, confrontados com os das três nações que mais se nos aproximam, indicam que Portugal recebeu na sua composição éthnica a influencia dos dois elementos cephalicos: o dolychocephalo e o brachycephalo, como essas nações; porém, sendo mais forte a dosagem do primeiro e minima a do segundo. Por opposição á França, que é mais brachycephala, o nosso país é mais dolychoide, distanciando-se assim do hespanhol, que apresenta a forma intermediaria mesaticephala.»

O mesmo Fonseca Cardoso insiste numa diferencial antropológica em relação á Galiza e ao nosso Minho, que não será arriscado tomar-se como uma das causas que impediram, na devida altura, a fusão dos dois condados, tão parentes pelas inclinações e pelo genio. «A Galliza afasta-se, no agrupamento da côr, do mi-

nhoto, apezar dêste ser considerado como do mesmo ramo «callaico» pelos antigos, os quais no entanto distinguiam os do sul do Minho com os sobrenomes de limienses e bracaros e os do norte de lucenses. Em verdade, na população de Lugo destaca-se nitidamente uma influencia kymrica; as velhas muralhas que ainda hoje cingem a cidade guardam o tipo éthnico do velho gallego. A' medida, porém, que nos aproximamos da Corunha e da região do Cabo Ortegal, o typo torna-se mais moreno, brachyoide, de face larga. E' que esta parte da provincia soffreu a influencia dos antigos occupantes do Cabo Nerio, os celtas ou artabros, de raça brachycephala.

«A Galiza, pelo que observei quando a percorri, apresenta uma população mestiçada pelo elemento moreno e brachyoide e pelo louro dolychoide, em maior percentagem sobre a velha população neolithica, dolychocephala e morena; ao passo que o minhoto português é o producto mestiçado dessa raça de Beaumes-Chaudes, em percentagem mais forte com a nórdica loura e ainda com um resto da brachycephala. Taes são as differenças éthnicas dos dois povos que o rio Minho separa.» Costa Ferreira no estudo, — *A Galiza e as provincias portuguesas do Minho e Traz-os-Montes,* inclina-se, todavia, para opinião contrária, considerando a Galiza como um prolongamento étnico da população minhota. Ora, sendo o *substractum* desta o pequeno dolicoide de Mugem mestiçado com demoradas influencias braquicefalizantes, bom é recordar agora o testemunho de D. Frederico Olóriz. O eminente antropologista reputa o braquicéfalo como o elemento étnico mais constante no NO. da Peninsula, tendo o dolicoide como atenuado sensivelmente *desde Castilla hacia el Oceano.* Feita a pregunta natural sobre qual dos dois tipos assenta o tipo chamado galego, D. Frederico Olóriz, sem se pronunciar categoricamente, inclinase a reputar o braquicéfalo como o que mais caracterisa a gente da Galiza. E' a lição professada por Fonseca Cardoso, que, como vimos, assinala ao galego uma percentagem maior de valores braquioides sobre um possivel fundo autoctone dolicocéfalo. Já não sucede outro tanto no Minho, onde a sobreposição do braquicéfalo não abafou tão compactamente o nosso pequeno homem moreno.

Quanto a mim, não se baseia em causa diversa o facto de a Galiza não se ter fundido nunca com Portugal, não obstante a identidade de procedencias e de destino comum que unificava as duas regiões no mais estreito dos parentescos. E' para reparar que já a *Chronica dos Godos* trata, em relação a nós, de alienigenas os habitantes da Galiza. Um instinto tão vivo de separatismo trazia com certeza as suas raizes de muito longe. Trazia-as da recuada noite historica em que o fundo jacente do homem de Mugem se vira suplantado mais numa parte do que noutra pelas correntes do

braquicéfalo imigrante. Assim se compreende que na epoca neo-gótica a Galiza padecesse como Portugal não padeceu a tutela custosa do barão leonês. Assim se compreende que se atrofiassem em mera divergencia regionalista para com o futuro politico da Galiza as belas aptidões de raça que fizeram de Portugal, ao depois, um país independente.

Quando uma simples alteração de equilibrio étnico bastou para cavar distancias irreparaveis entre povos gemeos em tudo, — em ascendencia e em finalidade, já por aqui se avalia como um factor de tamanha importancia não havia de actuar no divorcio eterno de Portugal e Espanha, sendo no caso mais complexo do confronto das duas nacionalidades o agente-Raça infinitamente bem mais dificil de congraçar. Provou-se já a homogeneidade impressionante do povo português. Ela é o cimento da nossa razão de ser como patria livre. Representa para nós uma qualidade tão segura e tão individualizante, que nós podemos quasi olharmo-nos como uma raça íntegra, tanto quanto uma raça historica se póde ter em semelhante conta. Claro que a consciencia nacional dispõe, deste modo, dum apoio solidissimo, logo que se veja restituida ao dominio de si propria e ao justo entendimento das suas grandes aspirações tradicionais. Ainda hoje a capacidade do craneo português vale quantitativamente o mesmo que os nossos craneos neoliticos. Sabe-se que o aumento ou a diminuição da capacidade craniana em nada afecta o desenvolvimento intelectual. E', portanto, mais um subsidio a confirmar-nos nos nossos pergaminhos de povo autonomo, que o é, não só por disposições expressas do meio geográfico, mas tambem por virtude da sua relativa pureza genealógica.

O que nos oferece, em contraposição, a Espanha? Diz Sant'Ana Marques que mais de metade das suas observações acusavam um indice oscilando entre 75 e 76 — «o que nos leva a concluir que em algum daquelles dois numeros assenta o typo ethnico dominante em Portugal». Em Espanha encontra-se, porém, um tipo etnico entre 77 e 78 e outro mais elevado de 80. E' o tipo secundario de Olóriz. Não carecem de justificação mais documentada os provincialismos irrequietos do reino vizinho, com a flamula irredentista da Catalunha por porta-bandeira.

No estado espanhol ha varias nacionalidades latentes que a supremacia unitaria de Castela evitou a tempo que crescessem para uma completa suficiencia orgânica. No estado português ha apenas a nação portuguêsa, — a não ser agora a conquista do estrangeiro do interior, reviviscencia étnica dos pretos e dos judeus, de que o Santo-Ofício nos não livrou inteiramente. Um invencivel fundamento de ordem rácica impede, pelo exposto, a realização da miragem iberista, já de antemão desmentida pelas leis

físicas que submeteram um dos dois países da Peninsula ao regime continental do planalto, enquanto condicionavam o outro na insularidade amoravel da depressão atlântica.

Ao argumento batido de que a raça é a mesma, nós respondemos com um desmentido insofismavel. Tanto assim é que «o português liga-se com o aquitano, o corso, o sardo, o siciliano e o habitante do sul do continente italiano da Puglie, Calabria e Besalicata e o tipo berbere do norte de Africa», — nota Fonseca Cardoso, mas não manifesta uma afinidade tão estreita, como essa, com o espanhol que lhe mora ao pé da porta. E' que o espanhol, dum modo geral, não é um descendente do pequeno dolicoide, ou *H. Mediterranensis*. Deniker incorpora-o com o português na raça classificada de *ibero-insular*. Contudo, não me parece rigorosa a sistematização do autor competentissimo do magnifico manual, *Races et peuples de la Terre*. A forma mesaticéfala do espanhol difere mais ou menos sensivelmente do tipo fundamental da familia portuguêsa, que é o typo de Mugem, alterado na sua estatura, por virtude de cruzamentos remotos com representantes da linha dita de Grimaldi.

Para alguns antropologistas de nome, como Georges Hervé, por exemplo, a raça de Mugem, (assim chamada no prefacio de Quatrefages ao livro de Cartailhac, *Les âges prehistoriques de l'Espagne et du Portugal)* não é senão a raça dolicocéfala de Laugerie-Chancelade, que, sucedendo á raça mais antiga de Néandhertal e atravessando-se talvez com ela, «*aurait également peuplé la péninsule durant la dernière époque quaternaire*». Primeiro ocupador da Iberia, como se vê, o pequeno dolicocéfalo não resistiu em toda a Peninsula á invasão do braquicéfalo, da raça cevénola naturalmente, que se lhe sobrepôs e o abafou quasi por completo. Acantonando-se nos *arduos colles* da facha ocidental, o homem-meão, repelido, manteve-se aqui num estado de relativa independencia. Lança as raizes do Lusitano futuro. E mais tarde, quando se quiserem estudar as origens da poesia popular no Ocidente, só por meio da sobrevivencia do pequeno dolicoide em Portugal, na Galiza, na Provença e na Sicilia, se explicará a extraordinaria similitude dos temas líricos que o folc-lore e a crítica teem recolhido em partes tão afastadas umas das outras. Os ensinamentos de antropologia, aparentando-nos mais com o aquitano e com o corso de que com o espanhol, ajudam-nos a restabelecer o quadro geográfico que o homem da raça de Mugem abrangia. Apanhava ele a bacia do Mediterraneo, donde a designação de *H. Meridionalis*, ou *Mediterraneus*. Quando, no declinar do neolítico, se produzem as grandes deslocações do braquicéfalo, são precisamente os pontos em que logrou resistir á subversão geral aqueles em que Fonseca Cardoso insiste como habitados por populações mais proximas da nossa que

a população do país vizinho. No sudeste da Espanha, o antropólogo belga Victor Jacques, ao examinar os restos humanos, recolhidos na necropole prè-histórica de Argar, determinou-lhes para o volume cefálico uma composição identica á da nossa gente de Mugem. E' uma prova de que a Peninsula seria habitada em globo pelo pequeno dolicoide. A forma mesaticéfala do espanhol actual, confrontada com a prevalencia no portuguès dos caracteres fundamentaes do tipo de Mugem, demonstra-nos, pois, o predominio duma influencia estranha, que desde altos seculos lhe teceu a genealogia com outros elementos que não os da nossa velha arvore étnica.

Socorremo-nos agora das luzes da prè-historia para uma melhor colocação do problema. O homem chamado de Mugem descobriu-se-nos no vale do Tejo, praticando já o sedentarismo nesse recuado periodo mesolítico em que nós não conheciamos ainda a agricultura. E' um facto admiravel que nos entrega a chave da patria vindoira. As simpatias localistas do homem de Mugem geraram sem duvida as instituições agricolas que, ao depois, ao vir da proto-historia, se expressam nas citanias de alem-Doiro, d'aonde em seguida derivam as *arimanias*, ou federações militares, por meio das quaes o Lusitano se defendeu largos tempos do avanço das tropas romanas.

O Municipio, como necessidade da policia e do fisco imperial, define juridicamente esse nosso localismo instintivo. As ligas guerreiras cedem mais tarde o logar ás *behetrias*, ou mancomunidades agrarias da Reconquista, que se apoiavam no estatuto de vizinhança. Com a nossa sociedade historica já organizada, são finalmente as behetrias que atingem a plenitude duma consciencia una, como razão estrutural da nacionalidade, ao proclamarem um Principe seu regedor vitalicio e hereditario. A nação portuguêsa tirou-se de si mesma, — do embrião que o homem de Mugem representa para nós, nos seus decididos gostos sedentarios. Alexandre Herculano enganava-se, por isso, quando nos negava a raça e se sorria da Lusitania de Strabão, na qual supunha ver um pedantismo heráldico dos nossos humanistas de Quinhentos.

Comprehende-se já porque é que o Concelho é a lareira sempre animada da Patria. No Concelho reside o *meio-vital* da Nacionalidade, visto consagrar o gosto do nosso autóctone pelo arreigamento e lhe garantir a incorruptibilidade étnica, mediante a fixidez á terra, como resguardo seguro contra as mestiçagens perturbadoras, mais frequentes e de maior insistencia nos agrupamentos urbanos. *Trux et natura ferox*, — já dos Lusitanos escreviam os analistas latinos. Era a virtude esplendida do nosso indigena, cujo tronco se perde nas impossibilidades maximas da sciencia. Paleontologos ha como Ricardo Severo, um dos trabalhadores iluminados da *Portugalia*, que lhes confundem quasi o nascimento com os últimos arrumos

geológicos das bacias do Tejo e do Sado. Talvez que se suba de mais na afirmação. Mas que lindo não é, meus Senhores, concebermos um momento essa humanidade pre-adamita, que surge para a existencia de envolta com o proprio solo que ha-de povoar um dia! Alta e sagrada génese seria assim a da Patria Portuguêsa! Mas dum modo ou de outro, o que é certo é que, enquanto o pequeno dolicoide se nos mostra aborígene na vertente ocidental da Peninsula, o Ibero é invasor, tira as ramarias genealógicas tanto do braquicéfalo rotulado de alpino, como de provaveis êxodos asiaticos.

Iber, segundo Paniagua, significa «*o que vai vendendo e andando*». Teremos um feitio nómada, explicado pelo shamanismo ambulante das imigrações acádicas. D. Francisco Fernandez y Gonzalez na *Historia general de España* atribue ao Ibero uma ascendencia proto-semita. Hovelacque e Hervé no *Précis d'anthropologie* fazem coincidir a raça ibérica com a raça mediterranico-ocidental. E' a designação que aparece em Deniker, a que nós já nos referimos como menos exacta. D'Arbois de Jubainville quer que o Ibero nos viesse do noroeste de Africa, «*ou de terres actuellement disparues, dont Açores et Canaries seraient des témoins*». A mim afigura-se-me que se usa e abusa do significado historico e étnico da palavra *Ibero*. *Iberos* seriam indiferentemente todos os habitantes da Peninsula para os gregos e romanos que já lhe chamavam Iberia. Agora o tipo que se procura mencionar especialmente debaixo daquela indicação nada tem, quanto a mim, com o pequeno delicoide, para que se haja de incorporar na raça com pouco rigor qualificada de *ibero-insular*. A mais antiga reminiscencia que se conhece dos Iberos é o exodo para a Sicilia, por volta do seculo XII antes da nossa era, dum povo natural de Espanha, que se retiraria diante duma invasão conquistadora. E' em Thucydides que se alude a essa deslocação dos Sicanos. Com Vacher de Lapouge, eu entendo que a assolação belicosa não podia ser senão a dos Lígures, — gente de meia estatura, robusta e braquicéfala. E' a imigração importante do declino do neólitico. Os Lígures seriam assim os verdadeiros Iberos que, entrando na Peninsula em som de guerra, conseguiram sobrepôr-se á população autóctone, que, recalcada fortemente pelos adventícios, ou desapareceu, fugindo, ou se deixou absorver, com reviviscencias aqui e alem, conforme se deduz das observações do antropólogo belga Victor Jacques na Andaluzia. A facha atlântica da Peninsula constituiu, sem duvida, um desses poucos focos de resistencia contumaz. E' aí que se filia decerto o antagonismo irreparavel dos dois povos. Estudando as diversidades fonéticas que separam o idioma português do idioma espanhol, Schleicher considera-as como consequencia dúma diversidade fisiológica. Pois a diferença que vai do pequeno dolicoide

ao Lígure exótico, estabelece os fundamentos duma divergencia tão profunda. Estruturalmente é já a razão de psicologia que leva Castela para a Epopeia, enquanto nos comunica a nós o segredo do mais enlevado lirismo.

E' que mesmo no fundo de preferencias literarias tão opostas se descobre o eterno motivo do divorcio das duas nacionalidades. Nós somos autoctones no mais recuado tronco das nossas linhagens. Castela é inicialmente um povo de imigrantes. Dolicoides de porte medio, já vimos que os portuguêses aproximam-se mais do provençal e do siciliano que do espanhol, seu vizinho. Semelhante afinidade explica-nos a intima ligação que existe entre a lírica trobadoresca e os recursos poéticos do genio popular no ocidente da Peninsula. Sabe-se hoje pelos trabalhos dum notavel academico espanhol que o provençalismo tira as suas raizes da poesia galega, mediante a influencia do cancioneiro de Abencuzman, poeta hispano-arabe de Cordova. Não é uma tése para se debater aqui. Aproveitam-se-lhe unicamente as conclusões que tendem a proclamar a sobrevivencia duma admiravel riqueza de ritmos e de imagens nos cantos oraes da gente que demorava a noroeste da Peninsula. Os escravos christãos, daí transitados, como preferidos, aos bazares musulmanos da Andaluzia, transmitiriam aos centros cultos os segredos da sua musa tradicional. E' uma prova dessa corrente literaria, até agora obscurecida, o referido cancioneiro de Abencuzman.

Por seu lado, o elemento islamita, penetrando na Aquitania, reavivaria o fundo emocional do antigo habitante, provindo da mesma arvore que o nosso, quando lhe comunicasse, num meio excepcionalmente preparado, a herança recebida da velha alma ocidental, errante agora nos pobres dialectos locaes dos miseraveis postos em preço nas grandes feiras do sul da Peninsula. Resolve-se subitamente deste modo um embrulhado problema de critica de origens. Impressionava bastante o facto de a poesia provençal actuar com tanto vigor na côrte do nosso D. Dinís, sem deixar vestigios proporcionados em Castela e Leão, por onde naturalmente viria ter conosco. O ponto de vista étnico, estabelecendo como firme o parentesco do aquitano com o português, forneceu-nos já uma claridade inesperada. As investigações memoraveis de D. Julian Ribera y Tarragó equacionam de vez a questão. E' que tanto o provençalismo como a poesia doce dos nossos Cancioneiros não são, nem um nem outra, o resultado duma literatura de importação. São revivescencias poderosas duma raça soterrada que teve como ninguem o sentimento das coisas naturaes e a posse das mais profundas contemplações poeticas, — é-me grato acentua-lo sempre.

Aqui demos nós outra vez com o nosso pequeno dolicoide. O pequeno dolicoide é, sem sombra de incerteza, o pelasgo do Ocidente. Pertence ao amplo quadro populacional que, abrangendo as costas do

Atlantico, se elevou ás criações maiores do druidismo, tão perto ás vezes dos melhores ditames da sabedoria cristã. O pelasgo era autóctone. Praticava a agricultura. Por isso a poesia da natureza e com ela as queixas doridas do amor não tardariam a amanhecer para o espirito duma raça sedentaria e pacifica, a quem o culto dos Mortos elevou depressa ás mais altas crepitações do animismo. E' o pelasgo que, pelo seu feitio constructivo, desenvolve a admiravel civilização do periodo bronzifero, indo ganhar as expressões imorredoiras da Arte no esplendor sem rival da civilização egenética. Povo maritimo, teve tambem como poucos a compreensão patética dos misterios do grande Oceano, que ele atravessava em barquinhas rudimentares já desde o descaír da idade da pedra. A *Odyssea* parece desta forma gerada nos seus traços essenciaes pelo profundo genio pelágico. Ainda hoje na tradição do nosso romanceiro se guardam traços vivos desse facto. Recordarei novamente duas xacaras :— a *Nau Catrineta* e a *Bela Infanta*, que em Trás-os-Montes se cantam como o complemento uma da outra. Não teremos nelas, em delicioso embrião, todo o drama palpitante dos errores de Ulisses e do seu regresso à suspirada Itaca?

Ora é o que não sucede com o factor capitulado do Ibero. Antes da divulgação dos ritos incineratorios, o homem meão do oeste da Peninsula enterra os seus defuntos na pratica religiosa dum preceito secularissimo. O Ibero, segundo Silius Italicus, abandonava os cadaveres á devastação das aves de rapina, para que elas conduzissem os espiritos mais depressa aos céus. E' um rito terrifico em que se advinha um forte sabor asiático, como que um começo de moloquismo fenicio. Denuncia-nos bem a ascendencia proto-semita de Ibero. E não se precisa de mais nada para se assentar historica e etnograficamente na divisão que desde sempre separou os nossos dos vizinhos de ao pé da porta.

E' o Ibero, como se disse, o Ligure invasor dos ultimos arrancos do neolitico. «*Il est certain que les ligures ont formè un peuple important dès une époque ancienne, la legende des Sicanes nous montre les ligures faisant acte de conquèrants à une époque de beaucoup antérieure au 12e siècle,* — escreve Vacher de Lapouge. *Ils faisaient encore bonne figure au 8e siécle, car Hesiode les cite parmi les grands peuples habitant les confins du monde.*» No entanto, para Vacher de Lapouge os verdadeiros Iberos, os historicos, «*ceux qui portaient ce nom à titre ethnique et non comme habitants de la péninsule, apparaissent seulement vers l'an 500*».

Seja como fôr, nós perante o exodo dos Sicanos temos que aceitar uma deslocação de povos peninsulares diante duma raça invasora mais forte. E' nessa raça que repouza principalmente o *substractum* étnico do castelhano. Tão cedo as irreductibilidades do tipo adventício se definiram para com o autóctone da Peninsula, fo-

ragido nos alcantis da depressão ocidental, que não é para desprezar a semelhante respeito a opinião dum dos maiores arqueólogos portuguêses «A actividade commercial entre os povos do sudoeste da Hespanha e da Inglaterra, que o periplo do seculo VI acentua (Avieno, *Ora maritima*, 113-114), contrasta singularmente com a ausencia quasi completa de relações ontre os primeiros e os povos da costa oriental da peninsula», — repara Martins Sarmento a páginas 223 de *Os Argonautas*. Dir-se-ia que a gente das duas regiões nem se entende, nem se quer entender». Ajudam-nos a utilizar este facto em favor da nossa tése as conclusões antropológicas a que chegou Victor Jacques, depois de examinar os restos humanos recolhidos na estação andaluza de Argar. O pequeno dolicoide permanecêra ali. E se nos recordarmos da civilização turdetana, velha de seis mil annos no tempo de Estrabo, com as suas leis escritas em verso e os seus poemas antiquissimos, apanhamos mais uma prova da presença do homem de Mugem pela alta capacidade lírica e constructiva dos seus descendentes. E' irrecusavelmente o pelasgo do Ocidente, tão bem caracterisado por Salomon Reinach como o legitimo pai do druidismo.

Já não ocorria outro tanto com o Ligure ou Ibero. Entrado aqui como conquistador, como conquistador haveria que continuar. Assim o deixa entrever o passo transcrito de Martins Sarmento, — sem nos perdermos em esmiuçamentos da *Ora maritima*, de que obteriamos os melhores resultados. A situação dificil de ocupador em que o Ligure se manteve e ainda a sua decidida predileção fusionista levam-no a misturar-se com o Celta, em seguida a combates preliminares em que ambas as forças se medem sem se debelarem. Eis como nasce a nação celtibérica. E' natural que o Ligure, de origem semita, ganhasse a Hespanha pelo norte de Africa, coincidindo, desta maneira, a sua marcha com um exodo saído da Mesopatamia, em que o elemento shumero-acadiano dominava em absoluto. Não disponho de espaço para descrever as jornadas dêsse exodo, que, segundo muitos, se bifurcaria, convergindo para a Peninsula, uma ponta pelas gargantas pirenaicas, até onde caminharia desde as portelas do Caucaso, a outra ponta, atravessando o Estreito, depois de passar ao sul do Egito e vir dar consigo ás raizes do Calpe. Na Peninsula, realizado o acto de conquista, pelo cruzamento com o Celta mais belicoso ainda, nós já sabemos como o Ligure funda a nação celtibérica. E' interessante reproduzir aqui uma opinião de Diez. Para o eminente sabio, as palavras do vocabulario peninsular que designam assuntos e objectos guerreiros, guerra inclusivamente (*Wera*), são de exclusiva precedencia germânica. O homem loiro assinalava-se depressa no seio das populações sedentarias, cuja autoctonia brigava por natureza com o sentimento aristocrático do comando e da expoliação.

A conformação mesaticéfala do espanhol ilumina-se agora para nós, em vista do casamento do Lígure com o Celta. Vem a proposito destacar mais uma diferencial profunda dos dois tipos, — do Ibero e do Lusitano. Marcou-se já a sociabilidade franca do português e o individualismo ferrenho do espanhol. Não será demais destacar a inversa resistencia étnica do Lusitano e as intimas simpatias alogénicas do Ibero. Oiçamos Teofilo Braga, por acaso verdadeiro na sua observação. «As duas raças peninsulares, *iberica* e *lusitana*, somaticamente diferenciadas nos seus tipos, eram, pelas tendencias sociologicas, ainda mais divorciadas. O *Ibero* unificava em si todos os povos adventicios, alargando o seu poder e conformando-se com a unidade politica, fosse ella imposta pelos conquistadores romanos, germanicos e arabes, ou pela auctoridade religiosa da intolerancia catholica em uma quasi theocracia; o *luso*, sempre apoiado nas suas liberdades locaes, nas garantias municipalistas, embora se enfraquecesse pelo isolamento, tirava da pureza da sua raça a resistencia com que persistia através de todas as invasões que sofreu a Espanha, conservando todos os seus caracteres ethnicos.» Efectivamente, se um fechado isolamento aristocratico impede que o Ibero se misture com as populações anónimas subjugadas, a mesma inclinação da sua natureza o leva a pactuar com todos os ramos ocupadores que a Peninsula conheceu, com o fim unico de manter as posições de desfruto sofrego, em que sempre se conservara pora com o resto dos povos peninsulares. Assim alia-se ao Celta sem relutancias de maior, colabora mais tarde com os visigodos e aceita as facilidades que os arabes lhe oferecem, auxiliando-os na extensão dominadora e colocando-se o proprio Ibero á frente do muito emirado. O casamento do filho de Musa com Egilona, viuva de Rodericus, é mais que um episodio politico de aproximação, — vale bem como o melhor dos simbolos.

São inegaveis, como se expõe, as predilecções fusionistas do Ibero debaixo do ponto de vista rácico. Já não sucede o mesmo debaixo do ponto de vista social, em que o unitarismo teocrático de Castela não cede nunca, nem ás circunstancias do meio, nem ás conveniencias do momento. E' um testemunho disso a violenta historia colonial da Espanha. Pelo contrario, o individualismo étnico do Lusitano é mais que notorio, embora o solicitem para uma sociabilidade aberta, não só a sua indole comunitaria, mas tambem as contingencias da situação geográfica, colocando-o entre o continente e o mar. De facto, pelo apego localista, expresso nas instituições municipaes ao depois, é que o Lusitano se defende sempre e se aguenta intacto. O *estatuto territorial* é o fundamento da sua existencia colectiva, enquanto o genio castelhano, dominando no planalto, se apoia inteiramente no *estatuto pessoal*. Uma a uma, houveram os romanos que escalar as citanias do nosso Minho e Douro. Anterior-

mente acompadrados com os Iberos, os Celtas tinham-nos devastado, mas não assimilado. E aqui se revela para nós, na preponderancia do tipo loiro na Galiza sobre o tipo moreno do autóctone, um dos mais fortes motivos que impossibilitaram aquela região peninsular de seguir com a autonomia de Portugal o rumo natural do seu destino historico. Segundo Gayangos, a *Crónica* do moiro Rasis aponta as cidadelas do ocidente da Peninsula como em continuas sublevações contra a supremacia musulmana. Esse motivo local, traduzindo a aptidão sedentaria do homem de Mugem, é o motivo primario da nossa existencia de povo-livre, — não me farto nunca de o repetir. São as behetrias da Reconquista, saídas das antigas comunidades agrarias da Raça, que lançam os alicerces da Nacionalidade e se reconhecem na magistratura suprema de Afonso Henriques. São, seculos volvidos, as vilas da fronteira que em 1384, no florescer da alma concelhia, aclamam o Mestre e o sustentam no trono contra o pendão mais forte de D. Beatriz. São os municipios do Alentejo que fazem frente com as suas ordenanças a vinte oito annos de luta pegada, durante a extraordinaria guerra da Aclamação. São ainda as vilas de 1384 que, erigidas em *juntas* em 1808, expulsam os francêses e tratam de organizar a defesa da nossa autoctonia constituida em razão medular da vitalidade patria.

A virtude da homogeneidade étnica do Lusitano é aonde se revela. A sociabilidade dele manifesta-se, por exemplo, na nossa aventura colonial. O inglês Stephens chama-nos mais missionarios que conquistadores. Tanto esse predicado nos dirigiu o caminho, que a propria integridade da raça esteve compromettida sériamente, se não fôssem as disciplinas sanitarias da Inquisição. O imperialismo famoso de Afonso de Albuquerque repousava-se no entrelaçamento do elemento português no Oriente com o elemento indígena, para que o nosso dominio se estratificasse assim, nos vinculos mais sólidos do parentesco. O que fazia, porém, a Espanha na America? O libelo do frade Las Cazas que me sirva de resposta. Não é sobeja no entanto, uma transcrição do escritor brazileiro Pereira da Silva. «E' prima ainda, — escreve ele —, uma distincção notavel entre as duas nações conquistadoras: se apparece entre os Portuguezes um Maciel Parente ou Pedro Coelho que praticam arbitrariedades contra os Brazis do Norte, castiga-os a Corôa, e não passam elles de uma quasi imperceptivel excepção na ordem dos chefes portuguezes; emquanto que inventam os castelhanos os mais descommunaes supplicios para se alagarem no sangue dos Americanos, e extinguir-lhes a raça, não lhes bastando as caçadas por meio de cães de fila, e o exterminio no meio e fóra dos combates. Diversa é a historia de conquista do Brasil da historia das colonias do Peru, da Columbia, do Mexico, do Chile e de Guatemala, onde quasi nenhum effeito produziam as fulminações de Las Cazas».

Quanto ás nossas instituições civis e economicas, a sociabilidade caracteristica da Raça traduz-se vigorosamente pelo mais enraizado comunitarismo. E' como se criam as Misericordias e os celeiros-comuns, os *maniagos* e as *mercearias*. Não ha outra nação no mundo que como a nossa se chamasse Grey, e Grey se sentisse em todas as horas dificeis da sua vida. Possuido desse formidavel sentido de solidariedade do presente com o passado e com o futuro, João de Barros deixaria nas *Décadas* meia duzia de palavras inspiradas, em que o espirito da historia portuguêsa se resume inteiramente. «*Grande gloria he morrer por nossa Lei, por nosso Rey, que são as mais justas causas de morrer,* — diz o varão insigne de Quinhentos. *A Grey que he a congregação dos nossos parentes, amigos e compatriotas, a que chamamos* republica, *celebra o nosso nome de geração em geração.* Não se encontra na historia de Espanha um sentimento tão nitido de comunhão nacional. A Grey «he a congregação dos nossos parentes, amigos e compatriotas», — repita-se ainda a definição admiravel de João de Barros. E seja para a comparar com aquela de Afonso o Sabio que secamente encara a colectividade *(pueblo)* como o «*ayuntamiento de todos los omes communalmente.*» São duas concepções sociaes bem opostas: — uma cheia da razão eterna do agrupamento, a outra firmando-se apenas atomisticamente no numero dos individuos existentes.

Havendo falado das Misericordias como um sinal maravilhoso do genio da Grey, não deixo de sublinhar o alto significado social que se desprende de tão piedosas corporações. E' que pelas Misericordias a assistencia tomou um aspecto novo de confraternidade, com o proprio rei inscrevendo-se como irmão e abolindo-se o antigo regime hospitalar em que as albergarias pertenciam exclusivamente ás classes que as organizavam. Com a instituição das Misericordias, nós vemos alguma coisa de parecido com o assombroso movimento franciscano da Idade-Media. Tão nossa é a instituição das Misericordias que eu encontrei num opusculo do cónego Ayres Varela, — *Successos que ouve nas fronteiras de Elvas, Olivença, Campo Maior e Ouguella, o primeiro anno da Recuperação de Portugal* (1), a seguinte passagem ácerca de Albuquerque: — «*esta vila é fundação de portuguezes, e por isso tem casa de Misericordia, com confraria ao nosso modo*»

Para fixar a psicologia amoravel do povo português e o seu juizo fraternal da sociedade, eu não me posso esquecer de aludir ao *Compromisso* da Misericordia de Evora, com data de 1516. E' vêr a delicadeza com que se recomenda a esmola aos «*envergonhados*» e a «*maneira que se ade ter cõ os que padecem per justiça.*» Porem, o

(1) Edição do meu amigo e ilustre bibliófilo elvense, sr. Antonio Torres de Carvalho.

que é unico é o capitulo sobre o modo de se fazerem as *amizades*. Ei-lo em parte:

«*O proueador e officiaes da dita cõfraria cõ ho capellão della sabendo que algumas pessoas antre ellas a desavenças ou odios trabalharão quãto for possivel de fazerem antre elles amisades ou quãdo quer que pera ysso forem requeridos e prouocaram huas ditas pessoas pera que perdoem por amor de ds* (Deus) *hons aos outros todo erro e enjurias que teuerem recebidas e outras quaesquer cousas ssemelhantes em maneira que todos vivã em paz e em amor do snôr ds e dos proximos e que não viuam em odios e malqerenças as quaes amisades se farã sanpre em os dyas de coresma por serem dias de pendença e assim pelo anno quando o caso acontecer*...»

Bom seria que meditassem neste trecho de verdade cristã os ingenuos que, indo atrás da calunia maçónica, julgam ainda o passado como um negrume denso de crimes, em que os padres e os reis se regalavam tiranizando meia humanidade e mandando a outra metade para a fogueira. Onde é que fica a fraternidade de agora, servida por espiões e pela cadeia, ao pé da fraternidade singela dos irmãos das nossas Misericordias, saíndo pela Quaresma a congraçar vila e termo? A obrigação que tinham de «*fazerem ami-*«*zades*» indica uma vez mais o feitio brando e emotivo de português. Tão doce ele é e tanto contrasta com a dureza do genio castelhano, que o jesuita espanhol Cienfuegos, ao referir-se aos adeuses saudosos de Carlos V a sua esposa morta, D. Isabel de Portugal, escreve esta passagem eloquente: — *Las demonstraciones del Emperador en esta desgracia fueron iguales à la perdida, llorando tanto tiempo, y con tanta alma, que se conocia bien que con el amor, y el trato de la Emperatriz, se le havia pegado toda la ternura Portuguesa.*» (1) E' a ternura ingenita da Grey que enche os nossos nobiliarios de casos miserandos de amor, e que em D. Afonso IV, o *Bravo*, toma expressão singular, quando, doído da sorte de Briolanja abandonada, mandou retocar esse episodio célebre do *Amadis*.

Feita esta instrução psicológica, importa agora, com fundamento na diferença de raças, cavar o divorcio irreparavel da índole moral dos dois povos. O genio do Planalto, determinado e regido pela secura continental, opõe-se ao genio da Ribeira, todo submetido á amabilidade estavel dum magnífico clima insular. Correspondentemente, é o Orgulho a qualidade e o defeito do Castelhano, que se encarquilha e enclausura na mais cerrada hypertro-

---

(1) *La... vida del grande S. Francisco de Borja* — Madrid, 1717, lib. II — Cap. V, § 2, pag. 55.

fia do *eu*. E' a Vaidade o defeito estrutural do Lusitano, como consequencia dum largo trato social que o egotismo espanhol não pratíca. O orgulho nutre-se de si para si. A vaidade sustenta-se do aplauso dos outros. E' o *«fazer-figura»* consagrado do portuguesinho valente, — o tradicionalissimo *«vicio da basofia»*, apontado já pelo Regente, precisamente em taes termos, ao caracter português. O humanista Nicolau Clenardo fala da nossa ostentação espectaculosa, contando de pessoas que em casa se alimentavam de rabanetes por não terem mais para comer, mas que na rua se conduziam entre cortejos vistosos de pagens e charameleiros. O orgulho castelhano é o eterno conflicto do *eu* com o ambiente, expresso na paranoia típica de *D. Quixote*. E' ainda o aprumo de Pizarro no poema de Heredia, *Les conquèrants de l'or :*

«Pizarre, ayant jadis peu harté les écoles,
«Car en Estremadure il gardait les pourceaux,
«Sur le velin royal d'où pendait les grands sceaux
«Fit sa croix, déclarant ne savoir pas écrire,
«Mais d'un ton si hautain que nul ne peut rire.»

Até nas deficiencias da psicologia, o individualismo do Ibero e o comunitarismo do Lusitano proclamam a cada hora a distancia irreparavel que os divide! Bom é insistir ainda na presente altura na Epopeia e no Lirismo como chave-mestra da minha tése. A Epopeia, dada a essencia feudal que a caracteriza, é por via disso a expressão dum sentimento colectivo apenas verificavel numa raça belicosa e conquistadora, — como fica dito. Assim as origens exoticas do Ibero histórico provam-se admiravelmente pelo lado da Epopeia. No seu estudo notavel, *L'Epopée Castillane*, o grande Menendez Pidal demonstra-nos a gènese germânica dos poemas do ciclo do Cid. Na realidade o espanhol e o germano são primos muito chegados. O consorcio do Ibero com o Celta atesta-nos essa inclinação natural. E' a idéa barbara da posse, — é a idéa mediévica da terra que inspira toda a existencia tumultuaria da Espanha. *«Castilla, tierra de los castillos»*, — eis tudo! E' que Castela incarnava bem o impeto imperialista do Aria, *raptor orbis*, sagrado por Chamberlain e Woltmann como antepassado do teutão actual. Poderão reparar-me, no entanto: — mas Castela desmembra-se da monarquia de Leão e queima em Burgos o código visigótico.

E' um constraste que mais auxilía as minhas vistas, porque, apesar do nome, o código visigótico era de precedencia romanista e eclesiástica. Contrariava, por conseguinte, o espirito germânico instalado no planalto central, já pela proibição de praticas violentas, como o duelo judiciario e os juizos-de-Deus, já pelo amparo

concedido nos concilios de Toledo ás pobres populações ruraes da Peninsula.

A facil aclimatação das gestas carlingias em Espanha corrobora a inclinação fundamental do genio do planalto para o espirito germânico. D. Carolina Michaëlis nota com felicidade que o Rimance não é nada uma expressão poética da alma espanhola. Representa antes, quando dá em aparecer, a degenerescencia da Epopeia, que, ultrapassado o ciclo feudal, se não ajustou ás necessidades e ás aspirações da nova era civil que surgia. Já não acontece conosco outro tanto.

O Romanceiro interpreta bem as altas qualidades liricas do português. Tão estranhas elas eram ao proprio idioma espanhol, que Afonso o Sabio compõe no nosso idioma as *Cantigas de Santa Maria;* e seria egualmente em linguagem galécio-portuguêsa que Afonso Onzeno rimaria os seus versos de amor.

Não está esquecida a filiação da poesia trobadoresca no lirismo popular das regiões a noroeste da Peninsula por intermedio da poetica hispano-árabe de Córdova. O factor étnico projecta uma luz extraordinaria na reviviscencia desses profundos dons de emoção, aqui, em Portugal, e além, na Aquitânia, — precisamente onde o nosso dolicoide conseguiu resistir ás sobreposições das familias invasoras. Lembremo-nos dos Sicanos, fugindo da Peninsula para a Sicilia diante da assolação ibérica. Tambem na Trinacria da bôa tradição latina o bucolismo florescia como patrimonio inato do povo. E' este problema das origens do lirismo ocidental um tema para largo exame, tanto mais que nele descansa uma das principaes razões da nossa autonomia. Não posso eu encara-lo como devêra. No entanto, assinalados já alguns dados essenciaes, recordarei ainda que D. Joaquin Costa, reconhecendo na poesia popular portuguêsa um caracter mais arcaico que em nenhuma outra dos restantes povos hispânicos, assevera algures que na Lusitania existiria uma região não muito extensa que oferece ao historiador uma importancia excepcional, porque lá se conservaram mais tempo «o culto, a lingua e os costumes dos primitivos hispanos». São os descendentes legitimos da raça de Mugem, que nós encontrámos no Minho prevalecendo contra a influencia turbulenta do homem loiro e que na Andaluzia se revelou aos estudos de Victor Jacques na necrópole de Argar.

A região privilegiada, que D. Joaquin Costa consagra como o refugio da velha alma autóctone da Peninsula, era a «metade inferior da Lusitania extremenha, a NO. da Tartesside», com umas vinte e tantas leguas em quadrado. Segundo Plinio, os Lusitanos dominaram do Guadiana ao Promontorio-Sacro, sendo constrangidos pelos Romanos a irem habitar na margem direita do Tejo. Aluda-se agora aos Cinetos e aos Cempses, — aqueles vizinhos dos Tartessios,

demorando sobre o *Sinus Atlanticus*, conforme a lição do périplo fenício que Rufus Festus Avienus plagiou na *Ora Maritima*. Aos Cinetos pertenceriam os lendarios reis Gargoris e Habis, heroes-civilizadores dos Lusitanos. Como fr. Bernardo de Brito tinha razão! E' que para lá do mito existia uma profunda verdade. O berço real da Lusitania ficava assim perto do mar, ao que parece, — para áquem do Tejo. Não nos regulemos pela «Lusitania», circunscrição romana. Essa é já arbitraria, obedecendo apenas a necessidades simétricas de administração. Em datas apagadas, mais altas que as alvas da historia, os lusitanos viveriam na orla marítima do sul português. As suas moradas no interior da mesopotamia transtagana manifestam-se ainda hoje nos cumes designados por «*Castelos-velhos*». A vinda de outras gentes em som de guerra ocasionou naturalmente a deslocação das massas indígenas para a zona mais montanhosa do país. E' daí que Viriato comanda a ofensiva aborigene, como fôra pela bacia aberta do Guadiana que os celtas entraram, constituindo uma mancha notavel junto a Evora.

Em auxilio da nossa tése acode a etimologia que muitos atribuem á palavra «Lusitania». O elemento radical topológico de Luso é para semelhante versão o termo *lez*, que significa «*borda*» ou «*margem*» Os terrenos marginaes do Tejo chamam-se *Lezirias* ainda agora. Dá-se tambem o nome de *leus* a certos barcos costeiros, como depõe Antoine Conflans, falando do litoral andaluz. Na canção n.º 246 do Cancioneiro Vaticana aparecem empregadas as palavras «*lez*» e «*lex*» como designando «*margem*». Teófilo Braga interroga se o mesmo radical não presidiria á formação do vocábulo «Lisboa». Interessante é frisar que, tendo o mar preparado um meio fisico especial no ocidente da Peninsula que serviria de patria a uma grei de lavradores e de navegantes, igualmente o mar lhe daria o nome—Lusitania—, em lembrança eterna do carinho das aguas pela linda riba de Portugal. «Portugal» lembraria tambem a ascendencia maritima da Nacionalidade, batizando-se com o apelido do pequeno castro a cavaleiro do Doiro, onde implicitamente a natureza foraleira da Raça se consorciava com a sua futura acção no Atlantico. Ha destinos a cumprir até nas coisas que mais casuaes se nos afiguram! *Castilla*, terra dos Castelos, — *Lusitania*, terra da margem, — uma, o dominio militar da Conquista, a outra, a expansão insensivel dos litoraes.

Mas, recorrendo ao fio da minha exposição, tão longa já, eu pregunto agora se, conservando-se na região do Guadiana ao Promontorio-Sacro o foco mais puro da autoctonia peninsular, não seria antes das gentes empurradas dali para o norte do Tejo com as sucessivas ocupações exoticas que teria partido o profundo impulso lírico que hoje se toma como filho do

genio galaico-lusitano? Não se encontrará na inversão dos termos do problema uma explicação bastante aos motivos porque a Galiza se deixou mais facilmente contaminar pelas misturas célticas de que o Minho, o Minho bem mais que Trás-os-Montes e as Beiras? Não haverá aqui um fundamento ignorado da reviviscencia étnica do Lusitano no tipo historico do português, — reviviscencia que o galego não poude acompanhar por causas mais intimas, afinal, que as que se supõem? Não se nos mostrará de futuro a Galiza como uma esfera de influencia da genialidade lusitana, nunca como um ponto irradiador dela? Eu não sei o que de positivo se pode assegurar em assunto de tamanha transcendencia. O que sei,—e é o que importa—, é que os temas liricos do cancioneiro da Vaticana apresentam vestigios mais arcaicos do que em nenhum outro país românico, não sendo os personagens, tomados da sociedade cavalheiresca, mas do povo, nem o amor dos nossos trovadores pautado pelas teorias cortesanescas da Provença. Ha que contar com uma qualidade tão poderosa, como é a do nosso lirismo, para nos opôrmos em frente da hegemonia castelhana como um povo livre, com perpetuos direitos a uma independencia incontestavel. Castella não conhece a lingua branda do coração. A prova está em que as *Cantigas* a *Santa Maria* se compuseram em idioma galecio-português. Confirma-o dum modo geral o marquês de Santillana na sua celebre *Carta* ao *Condestavel* de *Portugal*: «E depois acharam esta *Arte*, — escreve ele—, que *maior* se chama, e *Arte commum*, creio, nos reinos da Galliza e Portugal, onde não ha que duvidar, que o exercicio desta sciencia mais que em nenhumas outras regiões e provincias de Espanha se acostumou, em tanto grao, que não ha muito tempo quaesquer dizidores ou Trovadores destas partes, ou fossem castelhanos, andaluzes, ou da Extremadura, todas as suas obras compunham em lingua galega ou portuguêsa.» A' luz da critica tambem Bouterweck assim o entendia, ao afirmar que «Portugal pode ser considerado como a verdadeira patria da poesia pastoril».

E' um titulo inquestionavel de autonomia esta capacidade idealista do Lusitano. Que encontramos nós em Castela que se lhe assemelhe? O Romanceiro é já uma degenerescencia do estado anterior da Epopeia. E os arrebatamentos misticos de Santa Teresa e de S. João da Cruz são ainda a mesma alma exaltada, passando da cavalaria ardente do Profano á cavalaria mais ardente do Divino.

Como o lirismo nos distingue immorredoiramente, assim nos distingue o fundamento autóctone que ele denuncia no nosso arreigamento bucólico á terra. Bem pelo contrario, o intenso genio èpico de Castella indicía-nos mais um termo da irreductibilidade dos dois povos vizinhos, mas nunca irmãos. No ciclo do Cid o espirito castelhano clama a sêde de carnificina, o exaspero do mando, o grito

assoberbante do senhor feudal. Nós, por nossa banda, vivendo em solo nosso, não conheciamos a sensação violenta da Conquista. Ha, é certo, a xacara galega do Monte Medulio, ha a lenda do abade João de Monte-Mór, ha o éco da canção trobadoresca, referente á tomada de Santarem:

«Ay sentirigo! Ay sentirigo!
Al Alfanx e al seserigo!»

Porém, uma das poucas vezes que fomos em arrancada pela Espanha fóra a debandar o poder da Moirama, logo apareceu conosco a necessidade do desabafo épico. Refiro-me ao poema perdido de Afonso Giraldes. E' que só então viveramos as extraordinarias circunstancias em que a Idade-Média concebeu a Epopeia. Porque o rimance do Monte-Medulio, a lenda do abade João e o estribilho comemorativo da tomada de Santarem não passam duma superexcitação do nosso temperamento lirico diante da terra invadida. Assim se compreende porque as gestas carlingias em nada nos influenciam. Já nos perturba e encanta a *Materia-bretã*, de que o nosso romanceiro anda cheiinho, e que apenas impressiona a Espanha, quando o periodo do Cid se extingue e á sociedade feudal se substitue uma sociedade mais pacifica e construtiva. O que é em Portugal uma tendencia inata da poesia popular representa para a Espanha a queda de todo o impulso heroico que entregou ao planalto castelhano a preponderancia da maior parte da Peninsula. Os motivos da aclimatação imediata da *Materia-bretã* entre nós, comparados com os da sua influencia tardia e mesmo indirecta na literatura espanhola, estão implicitamente dados na natureza emotiva daquela e no arremesso bélico que inspira a poesia tão caracteristica do ciclo carlingio. «A fantasia tão viva, tão livre, tão encantadora, que anima as historias do ciclo bretão contrasta com a gravidade inteiramente marcial, estrictamente historica das melhores gestas» — observa Golther. E' em torno de Arthur que a *Materia-bretã* gravita, possuida do ardor cavalheiresco e do culto cristianissimo da lealdade. Artur, dormindo em Avalon, havia de tornar para expulsar o estrangeiro e resurgir a antiga grandeza morta. Trata-se duma resistencia sentimental á ocupação pesada do homem loiro, incarnado no seu tipo completo de saxão. A exaltação melancolica que entre nós se exprime individualmente na Saudade, exprime-se para a consciencia comum no mito irredentista do Encoberto, — é o prestigio religioso da Esperança, conferindo um destino imortal ás raças caídas em cativeiro. A Esperança agita a clarividencia profética dos bardos bretões. Artur é irmão de Sebastião e ambos descendentes do mito atlântico de Saturno.

Com os olhos postos na *Materia de Bretanha*, Gaston Paris pondera: — «Podem descobrir-se ali vestigios de uma antiga mitologia, geralmente mal entendida, quasi impossivel de se reconhecer...» E' no caracter humano e contemplativo dessa mitologia que assenta a diferença a estabelecer entre a epopeia castelhano e o romanceiro português. O romanceiro português filia-se no fundo poetico de que brotou a *Materia-bretã*. *Silvaninha*, *Claralinda*, a *Conde da Alemanha* não são figuras importadas, — são figuras mitológicas do Ocidente. Não admira por isso que a degenerescencia da epopeia castelhana em rimance em nada contribuisse para a criação duma outra forma literaria do nosso genio: — a novela de cavalaria. O *Amadis de Gaula* é hoje pelos estudos do meu chorado amigo Antonio Tomás Pires (um nome que Vossas Excelencias devem saber de cór!)—o *Amadis de Gaula* é hoje pelas laboriosas investigações do primeiro folc-lorista português, — não o esqueçamos, minhas Senhoras e meus Senhores! —, uma gloria absolutamente nossa. Pela novela de cavalaria o Lusitano mostra-se inclinado mais ás seduções do ideal bretão que ao reflexo rubro das proezas dos Doze Pares de França. E' na escola de Galaaz que Nun'Alvares segue o aprendisado do heroismo. Ruy Dias de Bivar não o conforma, nem de leve lhe fala á alma. Ha que acentuar nos dois modelos de bravura lendaria o divorcio que sempre separou o aristocratismo de casta do guerreiro-germânico, da solidarieddde devotada dos cavaleiros da Tavola-Redonda. A escolha de Nun'Alvares no exemplo a imitar não cava ainda fundamentalmente as aspirações irreconciliaveis dos dois povos? E, — coisa singular, que é obrigação não deixar no olvido! —, dada a nossa recusa ingénita para as expressões supremas da Epopeia, somos nós exactamente na hora fatal de Quinhentos a unica nacionalidade que se imortalisa no poema da acção maxima, como a Renascença a sonhava através da utopia do *Uomo-universale*. Enclausurada no particularismo ferrenho do mundo gótico, Castela, que tanto sentira a Epopeia, não podia agora concebê-la, porque ela excedeu já o aro limitado duma gesta mediévica, para se verter na linguagem ritmada dum grande sentimento cosmopolita. Precisamente, a sociabilidade nativa do Luso levava-o ao encontro desse sentimento pela pagina inexcedivel das Descobertas, em que a vida dum povo minúsculo se ampliava e fundia na aspiração mais vasta duma nova época da historia.

Estão mais que delimitadas as diversidades irreductiveis do Ibero e do Lusitano. No duelo eterno dos dois elementos antagónicos reside a principal condição da nossa existencia secularmente autónoma. Povo comunitario, não é demais repetir qne sempre permanecemos inassimilaveis. Não nos dominou por isso o Celta, engrossado pelo gosto fusionista do Ibero. E' o habitante do

planalto que para cá se transfere no acompanhamento do conde D. Henrique. A' viva força o barão leonês quer-nos impôr a quadratura feudal. A sociedade indigena não a suporta, já está aqui organizada por meio das mancomunidades agrarias. A luta que entrecorta a dinastia afonsina, travada entre os *ricos-homens* arrogantes nos seus privilegios jurisdicionaes, e os *homens-bons* dos concelhos é o divorcio etnico do Ibèro com o Lusitano a manifestar-se irreparavelmente. Venceu o Lusitano personificado no homem-meão. E quando a morte de D, Fernando abre a questão sucessorial, é ainda o barão leonês que se levanta com o estandarte de Dona Beatriz.

Sacode-o o homem-meão para alem das fronteiras, opondo-lhe o Mestre como rei. Vossas Excelencias, minhas Senhoras e meus Senhores, recordam-se como ganhámos a batalha dos Atoleiros? Dum lado, luzidissima, a cavalaria de Castela atira-se com garbo, escumejando. Do outro lado, espera-a a sebe erriçada da nossa peonagem, unida pelo esforço três vezes santo do Condestabre. E os peões ganharam a sorte da batalha. Cavalos e cavaleiros rolaram esmagados contra essa obscura muralha humana, com as puas adiantadas em defesa, como uma parede crivada de picos. E' um simbolo, como Vossas Excelencias advinham, a acção dramatica dos Atoleiros. Postos em frente, duma banda, o habitante do planalto central com todos os seus dotes de comando e de arremesso, da outra banda, o morador da vertente atlantica, pacífico, mas resistente e indebelavel, coube a vitoria ao segundo, porque estava em sua casa e o distinguia, mais que áquele, o amor entranhado ao torrão. Não nos esqueçamos que, antes da peleja romper, Nun Alvares apeou-se da mulinha e beijou a terra comovidamente. E se nós quisermos verificar nos proprios dominios do campo mistico o separatismo que não consentiu nunca, nem consentirá jámais que Portugal seja de Castela, ainda aí o contraste é soberano. Se S. Domingos de Gusmão, salvando a disciplina da Igreja da anarquia obscurantista e anti-social dos heresiarcas, é o espirito militante de Castela, S. João de Deus, fundando hospitaes e recolhendo pobresinhos, é o espirito comunitario do Lusitano.

Expostas as circunstancias de meio e de raça que nos dividem para sempre, lancemos mão dum exemplo bem palpitante para a última demonstração. Nós tambem temos a nossa Alsacia cativa, minhas Senhoras e meus Senhores! Na outra margem do Guadiana, Olivença, ha mais de cem anos no poder da Espanha contra a fé dos tratados, não deixou obliterar os vinculos do sangue e da lingua que a prendem á mãe-comum. Entrada para a corôa portuguesa no reinado de D. Dinís, foi tal a penetração do nosso genio que, tomada em Seiscentos pelo duque de S. Germano, Olivença deu-nos uma formidavel lição de lealismo e sacrificio. Eu lh'a conto,

minhas Senhoras e meus Senhores. Caída debaixo do jugo inimigo, não se opôs o general ocupador á saída dos vizinhos, certo de si para si que nunca a praça se despovoaria. Mas o exodo alcançou proporções tão grandes que, para evitar um abandono total, o duque de S. Germano mandou prometer por pregão aos que ficassem os bens e a mais fazenda dos que iam abalando. Imediatamente, á uma, num só movimento, toda a gente de Olivença a abandonou sem hesitar,

Recuperada logo depois, viemos perdê-la definitivamente em 1801,—na vergonhosa guerra dos Quinze-dias. Pelas decisões do Congresso de Viena pertencia-nos a sua restituição. Mas os nossos homens-públicos, preocupados com os Imortaes-Principios e com uma constituição «*mais liberal que a de Cadiz*», não curavam de coisas minimas. E Olivença lá ficou. Lá ficou fiel, lá ficou leal, falando ainda agora o português. Bebe-se com o leite materno, herda-se nas transmissões do sangue a dedicação assombrosa de Olivença. Quando o curso de Direito valia indiferentemente para os dois países, era á universidade de Coimbra que os filhos de Olivença, já espanhola, se vinham formar. Existe um velho advogado desses tempos. E o português não morre em Olivença, — continua-se lá a falar, como se fôsse a lingua patria. Ponha a Espanha a sua meditação neste singelissimo exemplo. Se em mais dum século, com todos os agentes desnacionalizadores de que um Estado ocupante dispõe, como é a escola primaria, como é a burocracia, como é o serviço militar, como é a compressão administrativa, a Espanha não conseguiu até ao presente estrangular a vitalidade portuguêsa duma simples cidadesinha da provincia, como é que ela absorveria uma nação inteira, anarquizada embora, mas com a consciencia dos seus destinos intacta, posto que adormecida?

IV

Vou terminar, meus Senhores. O assunto é largo, daria para um curso. O dificil foi pô-lo dentro dos justos limites duma conferencia. Tão pobres, tão desvalidas, que as minhas palavras sejam, elas terão ido direitas ao coração de Vossas Excelencias. A todos pertence um quinhão nas responsabilidades deste duro momento. Fugir a elas é o mesmo que deitar um baraço ao pescoço, que morrer de morte de ignominia! Em minha casa dorme no berço um filhinho de dez mezes. E' essa criança, meus Senhores, quem, mais que ninguem me ordena que cumpra o meu dever presente. Na deserção de brios e iniciativas que vai á nossa volta, a poste-

rioridade, da qual o meu filhinho é pàra mim o simbolo palpitante, nos chamará um dia a contas rigorosas. Se pelos nossos desatinos a Patria houver de ir remoçar-se no purgatorio duma invasão, eu não quero que o meu filho, quando o conhecimento lhe chegar, a si mesmo pergunte: — «Mas nesse instante, aonde é que estava meu Pai?» Quando outra recompensa não recolhesse da minha atitude inquebrantavel de combatente pela verdadeira tradição portuguêsa, bastaria a noite de hoje com a presença inolvidavel de Vossas Excelencias para que de futuro os factos dissessem ao meu filho onde se encontrava o seu Pai.

Encontrava-se aqui, confirmando, quasi tres seculos volvidos, o esquecido voto das côrtes-geraes de 1668. Eu o repetirei ainda, — ao velho titulo da nossa independencia, tão nobremente provada no conflito a que os Tres-Estados do Reino assim traziam a sentença final. «*Por serem de seculos imemoriaes tão opostos os animos, e tão diversos os intuitos de uma e outra nação, era impossivel unirem-se em tempo algum sem total ruina da Nação portugueza.*» Guardemos o grito dos procuradores dos concelhos! Seja ele a máxima que ande vincada na nossa memoria! Como moço que sou, consintam-me Vossas Excelencias que eu me dirija aos moços principalmente. E' á juventude que cabe o encargo religioso de descer a Patria da cruz e de acordar para a alva única da ressurreição. Em toda a parte é a mocidade quem agita hoje o grande facho de resgate. Elevai as almas, gente nova de Portugal! Nós não vimos ainda os cavaleiros inimigos galopando através dos choupos da courela natal, — como no prefacio célebre de Paul Bourget. Mas como o «*jeune homme*», a quem ele é endereçado, temos sobre os nossos ombros todo o peso dos tempos vindouros.

A Patria será, moços do meu País, o que fôr ámanhã a soma das nossas energias, Olhai para a França retalhada. São os rapazes do inquerito de Agathon, são «*les jeunes gens d'aujourd'hui*» que se batem pela *riba patrum* ameaçada de hasta publica. A terra e os mortos os alevantam ás cumeadas supremas do Heroismo. Só de tradição lhes veio o dom que imprimiu finalidade e sentido unanime ás suas existencias vibrantes.

Façam os rapazes lusitanos o mesmo emprego generoso do seu entusiasmo. Um belo instinto conservador os põe em repulsa perante o leilão tremendo em que a Patria se vende como uma escrava sem nome. Consagradas aos moços franceses, são bem para nós as palavras de Gustave Le Bon no livro, — *La vie des verités*. «A evolução da juventude, escreve o ilustre sociologo, é notabilissima. Tendo visto a Patria atravessar horas sombrias e as ruinas materiaes e moraes acumularem-se de dia para dia, compreendendo emfim para que absurdo nos conduziam os negadores e destruidores, a mocidade afasta se dêles e solicita outros mes-

tres. Aos metafisicos estereis ela opõe as realidades, a vida, a necessidade de acção. Saída dos livros, a mocidade contempla o mundo. A observação dos povos que se extinguem lhes mostra que decadencias irreparaveis se não provocam pela diminuição dos caracteres e pelas quiméricas tentativas de agitação social. Tendo verificado nas nações que dominam o mundo qual seja o papel da disciplina, da energia e da vontade, as gerações novas compreendem já que não pode haver civilização que dure sem resistencia mental e por conseguinte sem a pratica de certas regras universalmente respeitadas. As forças moraes lhes aparecem então como os unicos recursos solidos da vida.» Assim se exprime um alto preceptor da inteligencia contemporanea. Oiçamo-lo nós, moços lusiadas, a quem a lição dos acontecimentos já desviou dos perigos romanticos da liberdade de maiuscula faustosa!

O exercicio das forças moraes só a tradição no-lo confére. Escute-se apenas o verbo que edifica. Confessemos um acto de fé no porvir. O homem só é grande quando submete o seu capricho dum momento ao interesse superior da colectividade. Se o velho das historias não plantasse nogueiras para os netos colherem os frutos, os netos não lhe lembrariam a memoria, — a sua passagem terrena, ditada exclusivamente pelo seu egoismo, seria inutil seria vã. Elevai as almas! Elevai as almas! O Portugal Maior espera por nós, para romper as pedras do sepulcro e sentir a gloria do Terceiro-Dia. Cavaleiros da Grey, ajuramentai-vos debaixo da invocação de Nun'Alvares! Nun'Alvares pertence-nos, — é o nosso eponimo tutelar. Ele tem uma espada para nos defender na terra e um rosario para nos guardar do Ceu. Erga-se-lhe uma estatua, faça-se-lhe uma festa!

A festa a Nun'Alvares deve ser a nossa velada de armas. Eu conto convosco, moços portugueses. Não deixareis ficar por falso o vosso irmão mais velho! E a Patria ha-de saber o que são tempos melhores! Dorme-se hoje o sono secular do Encoberto. Mas como os grãos de trigo desenterrados em Pompeia floresceram em seara farta, a alma, sempre forte do luso renascerá. Se, porém, o Deus de Afonso em Ourique se não recordar mais das suas promessas e o fim dos fins se aproxima, nem mesmo assim desanimemos. Portugal é na eternidade Portugal.

O esquecimento não pode nada contra a «pequena casa lusitana». Desfeitos na poalha algida da sepultura, nós proclamaremos ainda a reviviscencia admiravel da Grey no sacrificio em que os nossos anos ardentemente se consumirem. E' Castela quem o afirma, é Calderon de la Barca quem o afiança. Tão fundo o insigne dramaturgo lêra na nossa fereza de povo livre que no *Principe Constante* obrigou o castelhano vernáculo de seiscentos a ceder deante dum verso seu moldado em pura lingua de Camões.

Esse verso meus senhores, somos todos nós, — é toda a Patria amada que estremecemos. Ele, o verso de maravilha, reconhece as razões invenciveis que sustentam Portugal de pé, por muito que os vendavaes se desencadeiem sobre as nossas cabeças, como outr'ora em cima das casquinhas de noz em que dávamos a volta á Esfera. Ele, o verso formidavel, reconhece o direito sagrado de Portugal a ser senhor dos seus caminhos e manter-se com honra na assembléa das nações. Saiba-se de cór o verso vingador, — o verso como o qual outro não ha, bradando tão alto a nossa vitalidade de assombro! A Patria não morrerá, meus Senhores! E não morrerá, porque nós somos taes, — lá diz Calderon de la Barca.

«*Que ainda mortos, sômos portugueses*».

Tenho dito.

Antonio Sardinha.

Nota:

A complexidade da tése que me foi distribuída na série de conferencias realizadas pelo *Integralismo Lusitano* na Liga Naval Portuguesa, obrigou-me a produzir apenas afirmações de caracter geral para não abusar da condescendencia do auditorio que me escutaria. Sendo eu o primeiro dos conferentes, não podia deixar de aludir ao *Iberismo* como doutrina politica. Esse facto engrossou o assunto que me pertencia desenvolver, já de si de bastante peso pela reunião dos dois temas, — *Territorio* e *Raça*, na mesma conferencia. Pensou-se primeiro em separar a parte geográfica da parte étnica. Não houve, porem, quem se encarregasse daquela, porque das competencias convidadas não se obteve senão a resposta de que não existiam na natureza da Peninsula motivos palpaveis que justificassem fisicamente a nossa independencia...

A's costas com uma responsabilidade medonha, reduzi-me o mais que pude, limitando-me durante a exposição, a simples afirmações gerais, como dizia. Todavia, hoje que as conferencias proferidas e as não proferidas saiem a publico em volume para documentar quando mais não seja, o esforço duma geração que se não vendeu, eu, sem alterar uma linha na estrutura da minha palestra, entendi fundamentar e alargar algumas das razões apresentadas, por írem infelizmente contra as detestaveis idéas-feitas por que se rege a mentalidade dominante no nosso pobre País. Devia esta explicação a quem me ouviu e agora me leu. Formulada ela, resta-me apontar as principaes fontes bibliograficas de que me socorri:

— *Reseña geografica y estadistica de España*. Publicação oficial.

— *Notas sobre Portugal*, vol. I.
— José Augusto Coelho, *Evolução das sociedades ibéricas*.
— Abel Hovelacque e Georges Hervé, *Précis d'anthropologie*.
— Vacher de Lapouge, *Race et milieu social*.
— *Portugalia, Materiaes para o estudo do povo português*.
— Martins Sarmento, *Os argonautas*.
— D. Juliaan Ribera y Tarragó, *Discursos leidos ante la Academia Española*.
— S. Deniker, *Les races et les peuples de la terre*.
— Teófilo Braga, *Historia da Literatura Portuguesa*. I. *Idade Media*.
— Costa Goodolphim, *As misericordias*.
— Elisée Réclus *Novelle Géographie Universelle*, vol. I.
— D. Juan del Nido y Segalerva, *La Union Ibérica*.
— Fernando de los Rios, *Mi Mission en Portugal*.
— Antonio Sardinha, *O valor da Raça*.
— H. Morse Stephens, *Historia de Portugal*, tradução de Silva Bastos.
— Manoel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*.
— D. Frederico Olóriz, *Distribuicion geográfica del indice cefálico en Espana*.
— Sant'Anna Marques, *Materiaes de antropologia nacional*.
— Leite de Vasconcelos, *Lições de Philologia Portuguesa*.

ERRATA PRINCIPAL

Pag.	Lin	
64	6	*huas* por — *haas.*
64	7	*hons* por — *huns.*
108	22	*Van Dyck* por — Van Eyck.
172	13	*sete mil milhões* por — setenta milhões.
265	34	*rico* por — iberico.